

Revista do Café



Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro

Ano 97 - Março 2018 - Nº 864



**TRES duplica
capacidade de sua
produção de cápsulas**

QUEBRANDO RECORDES

O Brasil produz cerca de 35% de todo o café consumido no mundo. E mais: mostrará aos seus parceiros que está preparado para aumentar sua participação.

9 E 10 DE MAIO



Sofitel Jequitimar
Av. Marjori da Silva Prado 1.100
Praia de Pernambuco - Guarujá

Desde a primeira edição do Seminário Internacional de Café, nos anos 70, o evento então se tornou bianual, atraindo grande público de toda a cadeia do café no Brasil e no exterior.

A Associação Comercial de Santos, por meio de sua Câmara Setorial dos Exportadores de Café, tem orgulho em fazer parte do desenvolvimento do comércio de café, promovendo esse tradicional evento.

Portanto, você é nosso convidado para o XXII Seminário Internacional do Café de Santos, no Guarujá.

Faça já sua inscrição pelo site:
www.seminariocafesantos.com.br

PATROCÍNIO



PARTICIPAÇÃO



REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



Sumário

Revista do Café

Reportagens

Carine Ferreira e Joanna Flora.

Colaboradores

Afonso Celso Mattos Lourenço, Celso Vegro, Eduardo Heron Santos, Fábio Calcini, Francisco de Paula Chagas Netto, J.B. Matiello, Luiz Octavio Araripe, Marcos Antonio Matos, Rubens Barbosa.

Foto Capa

Pedro Lima, presidente da 3Corações

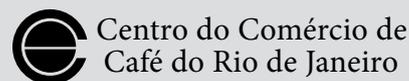
Crédito da Capa

Raoni Madalena

Diagramação, Arte e Projeto Gráfico

Hands-on Editoração Eletrônica

Impressão Gráfica



Diretoria Biênio 2017/2019

Presidente Guilherme Braga Abreu Pires Filho
Diretor Tesoureiro: Batista Mancini
Diretor Secretário: Alexandre Todeschini Pires
Diretor Patrimônio: Oswaldo Aranha Neto
Gerente Geral: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

Conselho Administrativo

Warrant Exportadora e Importadora Ltda
Unicafé Cia. Comércio Exterior
Armada Administração e Participação Ltda
Agropecuária São Francisco de Paula Ltda
Sumatra Comércio Exterior Ltda
GBP Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda
Alexandre Todeschini Pires
Três Aranhas Com. Ind. Ltda
Antonio Augusto Cardoso Garcez

Membros Suplentes

Eisa Interagrícola S/A
Stockler Comercial e Exportadora Ltda
Halley Importadora e Exportadora Ltda

Sindicato do Comércio Atacadista de Café do Município do Rio de Janeiro

Diretoria Quadriênio 2018/2022

Presidente: Guilherme Braga Abreu Pires Neto
Secretário: Ruy Barreto Filho
Tesoureiro: Batista Mancini
Diretor de Patrimônio: Alexandre Todeschini Pires

Rua Quitanda, 191- 8º andar- Centro- CEP: 20091-000
Rio de Janeiro - RJ- Brasil
Fone: (21) 2516-3399 / Fax: (21) 2253-4873
riocafe@cccrrj.com.br / www.cccrrj.com.br



04 TRES duplica capacidade de sua produção de cápsulas

10 Resolução Normativa nº 18 da ANTAQ – Luiz Octavio Araripe

12 Ricardo GiestasTristão

17 Tereza Cristina assume presidência da FPA

12

18 Proibição definitiva do uso do glifosato – J.B. Matiello

20 XXII Seminário Internacional de Café de Santos

22 Código Florestal: Constitucionalidade mantida – Marcos Antonio Matos



20



26 Ressuscitando a Doutrina Monroe – Rubens Barbosa

28 Museu do Café: 20 anos de realizações

32 O Funrural a partir de 2018 – Afonso Lourenço

50

34 O bloqueio administrativo de bens por dívidas tributárias – Fábio Calcini

36 Cafés do Brasil – Celso Vegro e Eduardo Heron

44 PANORAMA

54 Top 20 - As melhores cafeterias do Brasil – Unique Store – São Lourenço/MG



TRES duplica capacidade de sua produção de cápsulas

Carine Ferreira

O líder do mercado de café torrado e moído no Brasil não poderia deixar de olhar com esmero e investir fortemente em um mercado relativamente novo no país e que representa ainda um grande filão. Já vice-líder no mercado de cápsulas com apenas quatro anos de atuação nesta área, a 3corações vê o crescimento das suas vendas ultrapassar as projeções mais otimistas.

Tanto que até 2021, os investimentos no segmento

de cápsulas devem completar aproximadamente R\$ 200 milhões, estima Pedro Lima, presidente do grupo 3corações, *joint venture* entre a São Miguel Holding e a israelense Strauss. Já foram investidos de R\$ 60 milhões a R\$ 70 milhões na fábrica em Montes Claros (MG), que começou a produzir cápsulas em 2017, mas que em pouco tempo, já ficou saturada. Os mais recentes aportes são para duplicar a capacidade de produção, de 10 milhões para 20 milhões de

cápsulas por mês. A nova linha de fabricação, que deve começar a operar em maio de 2018, no entanto, veio antes do esperado. A projeção inicial era apenas fazer este investimento apenas em 2019, mas o crescimento acima da expectativa na comercialização desses produtos, mesmo em tempos de crise econômica, fez a companhia antecipar o projeto.

As vendas de cápsulas da companhia cresceram 34% em 2017 e totalizaram 130 mi-



lhões de unidades, ante uma estimativa inicial de aumento de 10% a 15% frente ao ano anterior, mesmo percentual inicial esperado de alta para 2018, assegura Lima. “Podemos crescer mais”, diz ele.

Do lançamento do sistema TRES de máquinas e cápsulas de café e multibebidas, no fim de 2013, até agora, foram comercializadas mais de 1 milhão de máquinas, diz o presidente da 3corações. Em receita, o sistema TRES registrou

crescimento em torno de 30% em 2017, para mais de R\$ 200 milhões. O montante representa 4,5% do faturamento total do grupo no ano passado, de R\$ 4,4bilhões, quando registrou alta de 20% sobre 2016.

Como a produção de cápsulas em solo brasileiro só começou em 2017, antes a fabricação delas era feita em sua totalidade pela empresa italiana Caffitaly, que ainda hoje produz alguns tipos de cápsulas, como de chá e chocolate,



comercializado pela 3corações no mercado interno. A redução das importações permitiu uma queda no valor da cápsula, de R\$ 2 para R\$ 1,50 a R\$ 1,70 a unidade, em virtude do menor custo logístico, relata Lima.

A independência da importação de cápsulas produzidas pela parceira Caffitaly deve ser alcançada em 2019, quando a 3corações pretende implementar mais uma linha de produção na unidade fabril em Minas Gerais. “Vai depender do mercado, do consumo”, diz Pedro Lima. A mesma companhia italiana também é parceira da 3corações na fabricação das máquinas, que são montadas na China.

Hoje, a participação da 3corações no mercado de máquinas de café no país é de 28% a 29%, de acordo com dados da GSK[GFK], apresenta Lima. Já segundo dados da Nielsen a empresa tem de 22% a 23% de participação no mercado de cápsulas. E a empresa prepara novos lançamentos de máquinas, a segunda geração desses produtos voltados para as cápsulas. O primeiro deles vai ocorrer na campanha para o Dia das Mães. Atualmente, a companhia comercializa cinco tipos de máquinas para o consumidor, com preços que vão

de R\$ 290 a R\$400 as mais simples. Em 2017, foram comercializadas 280 mil máquinas, contra 190 mil unidades em 2016.

O presidente da 3corações avalia que este universo ainda é pequeno num país onde se estima que apenas 3 milhões de lares de um total de 60 milhões tenham uma máquina de cápsula de café. “É um crescimento interessante, temos só quatro anos [neste mercado]”, resume.

Em sua opinião, o trabalho feito ao longo dos anos para se melhorar a qualidade do café industrializado produzido no país - missão capitaneada pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC), da qual ele foi membro do Conselho Gestor -, foi fundamental para aumentar o interesse do consumidor pelo produto. E o interesse pela cápsula é mais uma consequência disso também, acredita o industrial que carrega na bagagem 40 anos de experiência no universo do café. “A cápsula traz a instantaneidade, é indulgência, leva a facilidade de ter em casa um espresso. Por essas características, este mercado ainda será importante”.

Hoje são comercializados 21 sabores diferentes de cápsulas pela 3corações, entre cafés, chás, chocolate, cappuccino, café com leite. A maior parte das vendas desses produtos ainda se

concentra no lar, principalmente nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul. “O mercado deve continuar crescendo, não porque está tomando espaço do tradicional”, afirma Lima. Para ele, a cápsula não é concorrência direta com o café torrado e moído, que tem o momento dele nos lares brasileiros.

Além de já utilizar alguns dos principais cafés especiais do país também nas cápsulas, com edições limitadas, uma das novidades é que a 3corações deve lançar cápsulas com cafés internacionais, de outras origens, no segundo semestre de 2018. Apesar de acreditar que o Brasil possui uma plataforma de cafés muito bons, a empresa já está madura para oferecer outras origens ao consumidor, de acordo com a demanda, analisa Pedro Lima.

Os cafés especiais também são parte de um projeto no segmento de torrado e moído, estratégia que deve ser ampliada. Já foi lançada linha produzida a partir de cafés certificados pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, em inglês) e pela Rainforest, com



origem em importantes regiões produtoras, como o Sul de Minas, Mogiana, Cerrado Mineiro, além de café orgânico. No segundo semestre de 2018, a companhia pretende lançar a Reserva Especial 3corações.

A companhia deve alçar voos também no mercado externo e prospecta vender máquinas e cápsulas em países vizinhos da América do Sul. A base já está sedimentada com a aquisição pela companhia das três marcas – Iguazu, Amigo e Cruzeiro – da Cia Iguazu, em 2016. A Iguazu já possui operação em países como Chile, Paraguai e Bolívia.

E num mundo em que cada vez mais se discute sustentabilidade, obviamente o consumo das cápsulas não deixa de estar atrelado a discussões sobre o tema. A perspectiva de várias empresas é ter a completa reciclagem do produto. A 3corações investe no projeto “Cápsula Verde”, que começou em

2017 em algumas localidades com a coleta e reciclagem dos produtos. Atualmente, a reciclagem permite que todas as caixas de coleta sejam feitas do material reciclado, por exemplo. A expectativa é até 2021 realizar a reciclagem em todo o país. “Estamos trabalhando com a empresa de embalagem das cápsulas para desenvolver uma tecnologia que permita diminuir a longevidade da embalagem”, afirma Pedro Lima. “Estamos buscando vários caminhos, mas a responsabilidade também é do consumidor de levar as cápsulas nos pontos de coleta”. ☺



A cápsula traz a instantaneidade, é indulgência, leva a facilidade de ter em casa um espresso. Por essas características, este mercado ainda será importante

CRÉDITOS FOTO: RAONI MADALENA



País do café também desponta como grande produtor e consumidor de cápsulas



Carine Ferreira

Além da 3corações, outras grandes empresas também continuam investindo fortemente na produção e comercialização de cápsulas no Brasil. Os aportes significativos podem representar também que o país caminha rumo a uma plataforma de exportação desses produtos, além de atender a um crescente mercado interno. Por outro lado, como se vê na tabela ao lado que demonstra as importações brasileiras de café torrado e moído e de máquinas – grande parte destinada às cápsulas –, o país ainda está intimamente ligado ao movimento das compras do produto do exterior. Fato que representa também uma certa maturidade do segmento, que alcança um estágio de produção razoável para abastecer a expansão doméstica e já possibilita até o embarque para o mercado externo.

Este movimento já começou com iniciativas como a da gigante suíça Nestlé, cuja fábrica brasileira da Nescafé Dolce Gusto já supre mercados como o da Argentina, Paraguai e Uruguai.

A primeira fábrica de cápsulas da marca Nescafé Dolce Gusto fora da Europa, em Montes Claros (MG), iniciou a produção em 2016 com investimento de

R\$ 220 milhões. A unidade fabril agora recebeu mais R\$ 200 milhões para a instalação de duas novas linhas de produção que vão duplicar a capacidade de produção para cerca de 800 milhões de cápsulas por ano.

Em dois anos de atividade, a fábrica atingiu eficiência produtiva nos mesmos patamares de unidades europeias já maduras, segundo comunicado da empresa enviado à Revista do Café. Hoje, a unidade tem capacidade para produzir 13 variedades de cápsulas dentre as 21 comercializadas pela companhia. A marca chegou ao Brasil em 2009, pioneira no segmento de máquinas multibebidas.

A unidade em Montes Claros também é a primeira da Nestlé no mundo a receber a certificação “Impacto Ambiental Neutro” nas dimensões água, resíduos e emissões de carbono. O certificado foi emitido pela Intertek Group após auditoria feita no fim de 2016.

Para Nathan Herszkowicz, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o café em forma de cápsula também pode significar uma melhor estratégia para o país melhorar seu desempenho nas

exportações de café industrializado. “O Brasil pode atuar neste mercado e ser mais bem-sucedido do que no café torrado e moído”, diz. Hoje, as exportações de cápsulas concentram-se em alguns países da Europa, como Suíça, Alemanha e Bélgica, além de Estados Unidos.

O diretor da ABIC avalia que o Brasil é um dos três países que apresentam maior crescimento no mercado de cápsulas, juntamente com França e Estados Unidos. Todavia, enquanto na França as cápsulas representam cerca de 50% do consumo total interno de café, no Brasil, este percentual gira em torno de 2% a 2,5%.

A Nestlé continua líder neste mercado, que ganhou impulso com novos players importantes, como a 3corações, que vem registrando crescimento ainda maior que seus concorrentes de peso, cita uma fonte do setor.

Atualmente, há cerca de 80 marcas de cápsulas de café no mercado, muitas delas com atuação regional, segundo Herszkowicz. O mercado também é pulverizado com pequenas empresas que produzem cápsulas genéricas, compatíveis com o sistema Nespresso.

Entretanto, muitos players não conseguiram se manter no mercado e algumas marcas regionais praticaram patamar de preços não compatível com o segmento, avalia Angelica Salado, analista sênior de pesquisa da Euromonitor. A saída para as pequenas empresas é encontrar outros canais para não concorrer com as marcas mais especializadas. Algumas conseguiram trabalhar com o consumidor no local (caso de cafeterias) e outras, com clubes de assinatura, por exemplo, cita a analista.

O que se vê com frequência são empresas com marcas tradicionais e de forte consumo de café torrado e moído que acabam entrando no mercado de cápsulas e esta parece ser uma estratégia de sucesso.

É o caso da multinacional Jacobs Douwe Egberts (JDE), que entrou no mercado de cápsulas no Brasil em 2015, quando lançou a Pirlão Espresso e aumentou sua participação em 2017, quando apresentou o portfólio completo das cápsulas de L'OR. De acordo com Guilherme Maciel, gerente de Categoria da JDE no Brasil, a companhia é líder no mercado de cápsulas compatíveis para extração em máquinas de café Nespresso, com 78,1% de participação de mercado, conforme dados da Nielsen relacionados à receita. Atualmente, a produção das cápsulas comercializadas pela JDE é feita na França, a partir de grãos selecionados e 100% certificados pelo programa UTZ Certified.

A tendência é que as grandes empresas acabem ocupando ainda mais espaço e entrem no mercado com maior variedade de marcas que antes só eram vistas na categoria torrado e moído. Desta maneira, conseguem atingir preços mais acessíveis ao consumidor, analisa Angélica.

Outra percepção a partir das análises da Euromonitor é que as campanhas de vendas de máquinas e o oferecimento de cápsulas como brinde não trazem vínculo de longo prazo, o que indica que os consumidores não estão necessariamente repondo e consumindo mais cápsulas. “Esta estratégia mais agressiva pode ser um tiro no pé, de não conseguir articular a proposta do consumo de cápsula”, afirma Angelica. “O grande desafio é criar um novo padrão de consumo”.

A queda no Produto Interno Bruto (PIB) e a alta da inflação, por exemplo, tiveram um determinado peso no mercado de cápsulas no Brasil, que registrou crescimento de 12% em 2017, ante uma estimativa de aumento de 24%, segundo a Euromonitor. O crescimento foi mais lento que o esperado, porém mais em função de a indústria não conseguir se posicionar frente às demandas do consumidor, explica a analista. “A performance está mais atrelada à resposta que a indústria dá aos anseios do consumidor do que só o ambiente macroeconômico”.

Para 2018, a expectativa é ainda de crescimento no mercado de cápsulas, mesmo porque ainda existe um baixo índice de penetração no país. A empresa de pesquisa estima que apenas 8% dos lares brasileiros têm máquinas de cápsulas.

Ainda conforme a Euromonitor, o volume de café em cápsulas comercializado no Brasil foi de 9.222 toneladas em 2017, o que gerou um consumo de R\$ 2,974 bilhões. A estimativa para 2022 é que este valor alcance R\$ 6,117 bilhões.

Hoje as cápsulas representam 1,9% do volume total de café comercializado no país, de acordo com os dados da Euromonitor compilados pela ABIC. Já em receita, este índice salta para

Demonstrativo das Importações de Café em Pó e Máquinas de Preparo (Lar/Cafeterias)

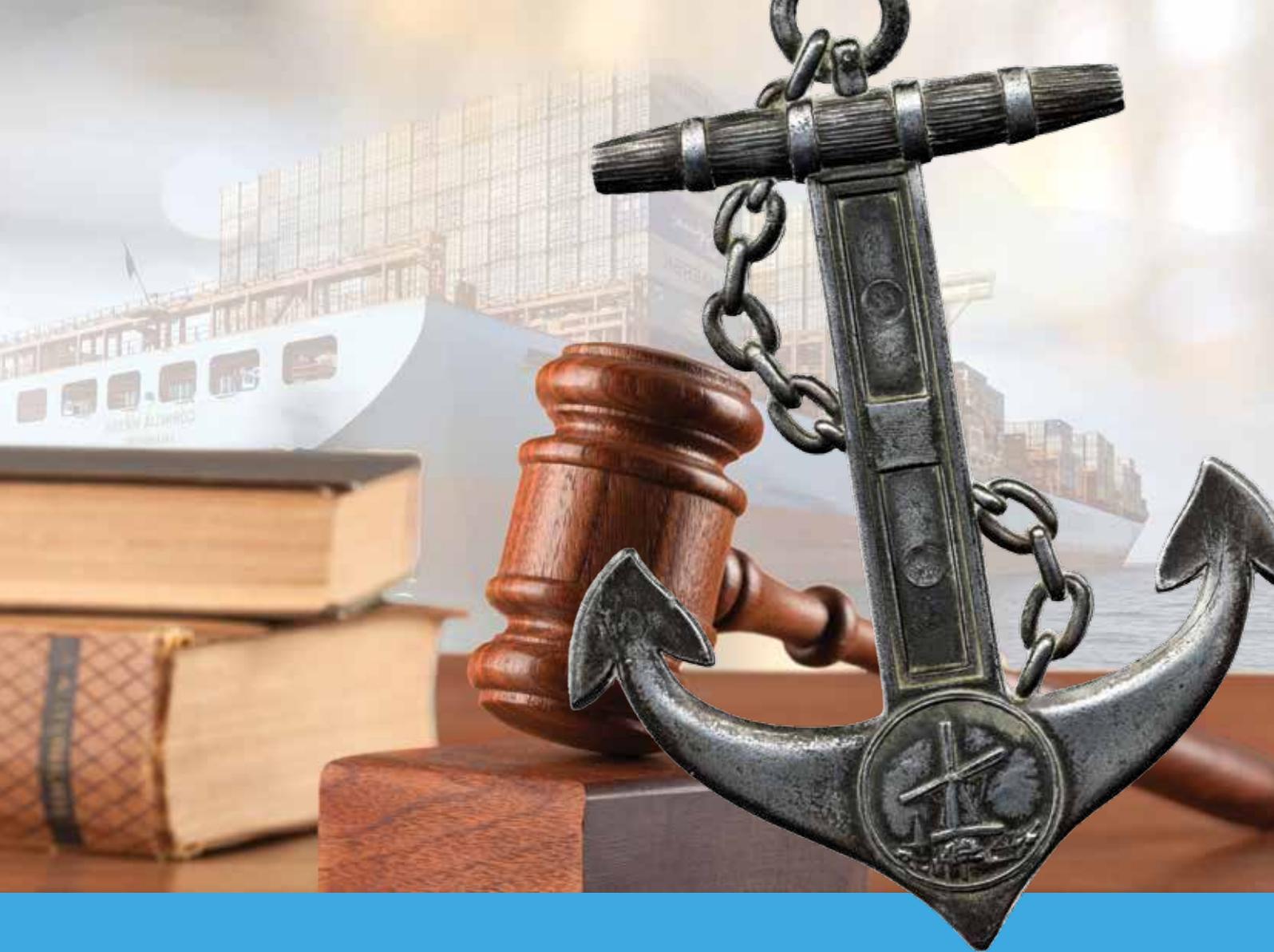
Anos	Café / Cápsulas		Máquinas	Importações
	volume	valor	valor	valor
	Kg / Milhões	US\$ / Milhões	US\$ / Milhões	US\$ / Milhões
2013	1,653	32,093	120,362	152,454
2014	2,449	47,884	106,730	154,614
2015	4,060	67,042	125,026	192,067
2016	3,007	53,622	78,180	131,801
2017	3,578	73,845	104,862	178,707
TOTAL	14,746	274,485	535,159	809,645

Fonte: AliceWeb/MDIC

10% em função do alto valor agregado do produto, comenta Nathan Herszkowicz, da ABIC. Enquanto um quilo de café tradicional torrado e moído é vendido por cerca de R\$19 a R\$20, a cápsula alcança valores de até R\$ 300 o quilo. A tendência é que este segmento cresça 9% ao ano até 2021. “Poucas categorias apresentam hoje um crescimento de 9% ao ano”, diz ele.

Para o representante da ABIC, a crise econômica não afetou o consumo de café tradicional nem o de cápsulas. “É um luxo acessível. Você vê esse crescimento do consumo, dos consumidores que estão dispostos a pagar mais por um produto diversificado”. Por outro lado, os próprios supermercadistas estão mais receptivos às cápsulas, pois elas representam inovação e consumidores de melhor poder aquisitivo. “Cápsula é moda e os supermercadistas não querem ficar de fora da moda”, afirma.

Aliás, o consumo total de café no Brasil cresceu 3,6% em 2017, comparado a 2016, totalizando 22 milhões de sacas, segundo a ABIC. Para 2018, a perspectiva é crescer mais 3,6%. “O crescimento foi maior que pensávamos”, enfatiza Herszkowicz. Segundo ele, o café até ocupou espaço de outras bebidas prontas mais caras. ☺



Uma análise preliminar sobre a Resolução Normativa nº18 da ANTAQ

Após uma longa espera, finalmente a ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, publicou em 26 de dezembro de 2017 a norma que dispõe

sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso.

Essa Resolução substituiu a de número 5032 de outubro de 2016, que apesar de estar em vigor não tinha nenhuma eficácia uma vez que o anexo dessa Resolução, que

continha todas as normas, estava suspenso e “submetido a audiência pública”. Efetivamente, a regulamentação da prestação de serviços portuários ainda estava regulada pela resolução 2389 de 13 de fevereiro de 2012 e pelas resoluções 2510 de 19 de junho de 2012 e as resoluções 2919, 2920 e 2921 todas de 4 de julho de 2013. Essas últimas revogadas pela nova resolução.

A Resolução 18 regula apenas parcialmente os problemas dos portos brasileiros nas exportações e importações, deixando diversas questões em aberto. Mas mesmo que insuficiente, foi um passo na direção correta.

Podemos destacar alguns pontos positivos. Por exemplo no seu artigo 27 a resolução finalmente determina o obvio: de que nas cobranças expressas em moeda estrangeira, as agências de navegação têm que seguir a taxa de câmbio apurada diariamente pelo Banco Central do Brasil. Até então os exportadores e importadores estavam sujeitos a determinação unilateral de taxas de câmbio, quando as agências de navegação praticavam ágios, muitas vezes 10% acima da taxa de mercado do dia.

Alguns outros artigos da Resolução 18 limitam, ainda que de forma parcial, algumas das atuais práticas abusivas das agências de navegação. A redação do artigo 5º é um exemplo positivo: “Os transportadores marítimos e os agentes intermediários devem abster-se de práticas lesivas à ordem econômica ... de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa, aumentar arbitrariamente os lucros, ou exercer de forma abusiva posição do-

minante”. As arbitrariedades das agências de navegação, ao exigir um sobre-preço no valor do THC, cobrar até 30 vezes o valor de um simples lacre, cobrar pela emissão de um conhecimento de embarque, podem todas ser coibidas pela implementação dessa resolução.

Apesar de recém-publicada já houve algumas reuniões a fim de discutir e sugerir mudanças na Resolução nº 18. Segundo relatos do CecaFé, em alguns encontros, com a presença do Diretor da ANTAQ – Mário Povia, foi sugerido contribuições com o envio de sugestões de ajustes, melhorias e aperfeiçoamento do texto normativo da RN 18. Conforme esses mesmos relatos, o diretor foi receptivo e solicitou que propostas de ajustes fossem entregues com maior brevidade possível. Nada contra qualquer aperfeiçoamento, mas em termos práticos uma resolução que levou quase 5 anos para ser elaborada, que foi publicada e suspensa por mais de 1 ano dificilmente será modificada rapidamente.

Cabe agora à ANTAQ fiscalizar e implementar as eventuais inobservâncias aos termos da Resolução normativa 18, e efetivamente estabelecer e cobrar as multas às infrações administrativas conflitantes aos termos da resolução.

Não há nada que se possa fazer quanto a concentração de empresas no transporte marítimo de longo curso internacional, que acaba por acarretar ineficiências típicas de um mercado de oligopsonio. Cabe à ANTAQ regular, e efetivamente implementar as medidas que reduzam os abusos das agências e das companhias de navegação, a fim de

que o Brasil mantenha minimamente a eficiência e competitividade do seu comércio internacional. ☺

“A resolução 18 regulamenta apenas parcialmente os problemas dos portos brasileiros nas exportações e importações, deixando diversas questões em aberto. Mas mesmo que insuficiente, foi um passo na direção correta.”

Luiz Otavio Araripe,

é diretor da Valorização Empresa de Café S.A. e
Membro do Conselho Deliberativo do CECAFÉ





Ricardo Giestas Tristão

In Memoriam

Ricardo era o responsável pela divisão internacional do Grupo Tristão, que, na década de 70, decidiu internacionalizar os negócios, como estratégia para se aproximar dos clientes finais, sobretudo os europeus, grandes importadores de café verde.

Nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1959, mudou-se, ainda menino, para Vitória, no Espírito Santo, onde estão fincadas suas raízes familiares.

Educado para tocar os negócios da família, juntamente com seus três irmãos, Ronaldo, Sérgio e Patrícia, Ricardo cursou ciências econômicas na

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Aluno aplicado, para aperfeiçoar o inglês e ter do mundo uma visão mais ampla, ainda durante o curso de graduação, passou uma longa temporada de dois anos na Inglaterra, onde se preparou para o ingresso na vida profissional.

Assim, em 1978, aos 19 anos, seguindo a tradição da família de ter o trabalho como verdadeiro preceito, iniciou sua carreira profissional nas Empresas Tristão, tendo tido seu primeiro emprego na Triplik Corretora de Valores e Câmbio, que integrava o gru-

Ricardo Giestas Tristão, empresário falecido precocemente, aos 58 anos de idade, deixa uma lacuna no mercado de café, pois o Grupo Tristão faz parte de um seleto círculo de empresas que ajudou a contar a história da cafeicultura no Brasil.

20 Anos da Tristão Internacional, 1998

Equipe da Tristão Internacional; ao centro, Ricardo e Ronaldo Tristão



po empresarial. Mandava essa mesma tradição que a carreira começasse de baixo, para evitar “a sina do tatu, que começa de cima e cava buraco”, como diz a sabedoria popular.

Ainda nos tempos da faculdade, conheceu e namorou Laura Vivacqua Carneiro, também economista graduada pela PUC do Rio de Janeiro, capixaba de nascimento, com quem se casou, em 1984, e de quem foi inseparável companheiro ao longo dos últimos 34 anos.

Dessa união, vieram três filhos – Victor, Daniel e Bianca.

Os primeiros anos do casamento foram vividos no Rio de Janeiro, mas, em 1987, Ricardo aceita o desafio de seu pai, Jônice Tristão, e se muda com a família para Londres, onde, junto com o irmão, Ronaldo, assume o controle da Tristão Internacional, empre-



Bodas de Diamante de Ilza e Jônice Tristão, em Pedra Azul, em maio de 2014

sa de café sediada no coração de Londres, na Berners Street, quase em frente à Organização Internacional do Café. A empresa, com sede na Inglaterra, tem filiais em Nova York, nos Estados Unidos, e na Ilha de Man, no Mar da Irlanda.

Sob o controle de Ronaldo e Ricardo, em 1998, a Tristão United Kingdom – única trading brasileira de café operando em solo europeu – comemora seu vigésimo aniversário, consolidando, ainda mais, o sucesso empresarial e



Homenagem da Confederação Nacional das Indústrias ao empresário Jônice Tristão – Dezembro de 2017

Da esquerda para a direita: Sérgio Tristão, Ronaldo Tristão, Ilza e Jônice Tristão, Patrícia Tristão e Ricardo Tristão



Cafezais das Montanhas do Espírito Santo, 2015
Na foto: Ricardo e Victor Tristão



20 Anos da Tristão Internacional, 1998
Da esquerda para a direita: Ian Smaldon, Ricardo Tristão, João Paulo Carollo e Ronaldo Tristão, então diretores da Tristão UK e da Tristão Trading NY



CoffeeDinner, Londres, 2016
Da esquerda para a direita: Ricardo, Laura, Daniel, Bianca e Victor Tristão

a posição de destaque no mercado internacional do café.

Após quase 20 anos de uma sociedade próspera, Ronaldo, que presidiu a Tristão Internacional até 2004, decide voltar ao Brasil para expandir e diversificar os negócios da família, e Ricardo passa a conduzir sozinho as operações internacionais de café, época em que adquire o controle acionário da empresa.

Hoje, o Grupo Tristão Internacional, liderado por Ricardo até o fim de 2017, é constituído por uma equipe de empresas dedicadas a oferecer soluções para embarque, financiamento, logística, importação e entrega de café verde e solúvel para clientes e parceiros ao redor do mundo. A operação comercial lida especialmente com fornecedores das principais regiões produtoras de café no mundo, incluindo o Brasil, o Vietnã e a América Central, abrangendo grandes, médios e pequenos

exportadores. A qualidade de todos os embarques é estritamente analisada e controlada por representantes locais, oferecendo, assim, a todos os clientes e parceiros a garantia de qualidade e confiabilidade, sinônimos da excelência da marca Tristão. Essa estrutura operacional obrigava Ricardo a, sistematicamente, viajar para esses mercados, visitando seus fornecedores e acompanhando a evolução e a eficiência da cafeicultura de cada um deles.

O empresário conduzia, também, outras duas empresas da família, a Tristão Trading Panamá e a Tristão Services, sediadas na Ilha de Man, que, além dos negócios de café, cuidam dos investimentos financeiros do Grupo Tristão.

Além da vida profissional intensa, Ricardo sempre foi um grande apreciador da música, adorava teatro, literatura,

cinema... gostava dos bons vinhos e da boa mesa, especialmente se fosse compartilhada com a família e os amigos, a quem recebia habitualmente, em sua residência.

Por prazer e por disciplina, Ricardo sempre foi adepto da prática de esportes; amava o tênis, nadava regularmente e todos os anos esquiava com a esposa e os filhos em Courchevel, na França.

Nenhum compromisso profissional, entretanto, jamais o impediu de, ao longo dos 30 anos que residiu em Londres, voltar ao Brasil e partilhar com a família as festas de fim de ano, em Guarapari, no Espírito Santo, na casa de seus pais, Ilza e Jônice.

Aos filhos, deixou um legado de trabalho, integridade, competência, lealdade e honestidade, em meio a um mundo de valores tão relativizados.



Homenagem da NationalCoffeeAssociation, USA 2015

Victor e Ricardo Tristão



Bodas de Diamante de Ilza e Jônice Tristão, em Pedra Azul, em maio de 2014

Da esquerda para a direita: Sérgio Tristão, Jônice Tristão, Ricardo Tristão e Ronaldo Tristão



Bodas de Diamante de Ilza e Jônice Tristão, em Pedra Azul, em maio de 2014

Na foto: Laura e Ricardo Tristão

E é com base nesse legado que, as empresas da Inglaterra e dos Estados Unidos serão, agora, sucedidas por Victor e Daniel, a quarta geração dos Tristão.

Bianca, a filha mais nova, atua, com muita competência e compromisso, como executiva no mercado imobiliário, em Londres, seguindo, fiel, as mesmas tradições e preceitos que sempre conduziram os negócios de sua família.

Apesar da perda inestimável de Ricardo, o processo de sucessão nas Empresas Tristão, que começou no fim da década de 80, estruturado por Jônice Tristão, hoje com 88 anos, e ainda à frente do Conselho de Administração, se dá de forma natural. Victor, o primogênito, nos últimos anos, já conduzia, ao lado do pai, os negócios na Europa. Daniel deixa uma car-

reira de sucesso no mercado financeiro londrino para assumir as empresas ao lado do irmão, tendo, certamente, muito com o que contribuir, já que o mercado de café tem cada vez mais similitudes com o mercado financeiro. Assim, estão ambos preparados para enfrentar a sucessão com serenidade e competência, olhos no futuro e raízes no passado.

A Casa Misael, berço das Empresas Tristão, até hoje, ilumina as novas gerações da família e os exemplos de coragem, deixados pelo seu fundador, José Ribeiro Tristão, e de empreendedorismo, de seu patriarca, Jônice Tristão, inspiram e orientam o crescimento e a consolidação desse grupo empresarial, funcionando como pilares para a construção desse futuro que alia modernidade e tradição. ☺



70 Anos das Empresas Tristão, 2005

Da esquerda para a direita: Patrícia, Ricardo, Jônice, Sérgio e Ronaldo Tristão, com quadro da Casa Misael, berço das Empresas Tristão, ao fundo

Tereza Cristina assume presidência da Frente Parlamentar Agronegócio

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) realizou a cerimônia de posse da nova diretoria que vai compor a gestão da instituição no ano de 2018. A deputada Tereza Cristina (DEM/MS) assumiu a presidência, no lugar do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), que assumiu a liderança do partido na Câmara dos Deputados. No comando da FPA, Tereza deixa o cargo de vice-presidente, posição que ocupou em 2017.

Em sua gestão, a deputada quer incluir na pauta de discussões políticas públicas mais eficientes ao desenvolvimento do agronegócio nacional, com uma proposta mais consolidada para obtenção de financiamento à produção agrícola no país, bem como novas fontes de renda e investimento aos produtores rurais. “O principal objetivo é reduzir a dependência do crédito agrícola oficial, dando mais estabilidade e fôlego ao setor produtivo que garante o abastecimento e a segurança alimentar de milhares de brasileiros diariamente. Os produtores precisam ter sua renda garantida em detrimento da expressiva produtividade que alcançam”, ressalta Tereza Cristina.

A deputada também vai dar prioridade à modernização das leis vigentes sobre defensivos agrícolas, licenciamento ambiental e aquisição de terras por empresas brasileiras com maior capital estrangeiro. “Só é possível garantir segurança jurídica e

competitividade ao setor se buscarmos modificar a legislação atual. Essa não acompanhou os avanços conquistados ao longo dos anos. São leis defasadas e que travam o desenvolvimento social e econômico do Brasil”, afirma a nova presidente. Demarcação de terras indígenas e quilombolas, além da produção agrícola para os índios são temas que merecem ainda destaque na atuação da Frente.

Tereza Cristina é engenheira agrônoma, graduada na Universidade Federal de Viçosa (MG), foi cotada para concorrer ao governo de seu Estado e, em Mato Grosso do Sul, ocupou como gerente-executiva quatro secretarias: Planejamento, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo. No último ano, ocupou a liderança do PSB na Câmara dos Deputados. 



Marcos Matos, Tereza Cristina e Roberto Holanda Filho.



Marcos Matos e o Ministro Blairo Maggi



CRÉDITOS FOTO: EPAMIG - CESP

Proibição definitiva do uso do glifosato, prevista em 5 anos, vai complicar a vida do agricultor

J.B. Matiello- Eng Agr. Fundação Procafé

Foi anunciada, recentemente, a notícia de retirada do mercado de produtos à base de glifosato. Em seguida, países da Europa, reunidos, decidiram dar um prazo de 5 anos pra retirada definitiva. Com certeza, vai haver problemas no uso de outras alternativas, com dificuldades para a agricultura e o produtor. Aqui se comenta algumas vantagens do uso do produto e se analisa custos e inconvenientes futuros da sua retirada do mercado.

O glifosato é um herbicida sistêmico de ação total, com efeito de pós-emergência, ou seja, é aplicado sobre as ervas depois delas crescidas, diferentemente dos herbicidas de pré-emergência, aplicados para evitar a germinação das sementes. Deste modo, atuando sobre quase todas as ervas, matando-as quando já crescidas, forma uma camada de mato morto sobre o solo, protegendo-o do arrastamento pelas águas de chuva - da erosão. No mesmo sentido, ao manter

as ervas no local, as raízes mortas formam canalículos, pelos quais a água caída na área (das chuvas ou irrigação) aumenta sua infiltração, beneficiando as culturas econômicas ali exploradas e, ainda, beneficia a infiltração para o lençol e a consequente melhoria na formação das nascentes.

O glifosato é uma ferramenta extremamente útil, seja na agricultura de cereais, como soja milho etc, seja em culturas perenes como café, citrus cana etc.

Nos cereais o sistema de plantio direto, após à aplicação do glifosato, evita gastos e prejuízos com o preparo mecânico do solo, por aração e gradagens, as quais facilitam o arrastamento de terra, levando o solo da área cultivada, este podendo assorear as nascentes e, ainda, ao se infiltrarem as partículas finas, de argila, nas áreas planas, formam camadas adensadas sub-superficiais, prejudiciais ao enraizamento profundo das plantas cultivadas, que assim, estarão mais susceptíveis às estiagens. Aliás, o plantio direto evoluiu e pode-se dizer foi uma invenção ou evolução da agricultura brasileira. Nesse sistema o uso do glifosato se mostra, assim, uma ferramenta que ajuda a ecologia, pois preserva o solo e a água, melhora o nível de matéria orgânica e os micro-organismos do solo. Além disso, ainda no aspecto ambiental, seu uso é vantajoso, pois evita, enormemente, o uso de óleo diesel pelo maquinário, pois substitui várias operações mecanizadas, estas, obviamente, dependentes de mais diesel, sabidamente poluente.

Para mostrar a vantagem do uso de glifosato em culturas perenes, um bom exemplo é a cultura cafeeira, explorada não só em áreas mecanizáveis como em zonas montanhosas, onde antes do uso do glifosato, no controle do mato, o tradicional eram as capinas com enxada, onerando os custos de produção, e, até, em certos períodos, podendo reduzir a ampliação de áreas, pois a exigência de empregados, nem sempre é atendida dentro das necessidades, faltando trabalhadores em muitas regiões, isto sem falar no trabalho que requer muito esforço, de forma desgastante, feito por enxadas.

O sistema de controle químico do mato, onde se emprega, nas lavouras cafeeiras, em mais

de 90% delas, o glifosato, isoladamente ou em combinação com outros produtos ou sistemas de controle, oferece, ainda, a vantagem de custo baixo. Atualmente com 2 L de glifosato comercial por há controla-se a maioria das ervas a um custo de cerca de R\$26,00 de produto por há e mais o custo operacional, sendo 1,5 homem/dia por há ou 1,2 h de trator/ha, ou seja, ficando um total de cerca de 130,00 por há. Com uma capina manual pode-se gastar cerca de 7-10 dias por há, isso ficando por 500-700,00 por há.

Com as possíveis substituições futuras, que hão de vir, seja com novos produtos para controle químico do mato, seja sistemas que utilizem mais controles manuais ou equipamentos de capina mecânica, pode-se deprender, pelo que foi exposto, que o agricultor e a agricultura sairão prejudicadas, com a retirada do glifosato. No caso da cafeicultura sairão mais prejudicados especialmente os cafeicultores onde as alternativas ao produto deverão ficar mais difíceis e onerosas, como é o caso das regiões montanhosas e de cultivo do conilon, áreas difíceis de mecanização do controle.

Este filme, como se diz comumente, ou essa situação, já vimos, recentemente, com o banimento do endossulfan. Apareceram alternativas de custo alto e/ou de pouca eficiência e o resultado estamos vendo na prática. Voltou a ser problema o ataque da broca do café, praga a qual aumentou bastante sua infestação, com os prejuízos decorrentes disso.

Os agricultores e, em especial, os cafeicultores precisam, desde já, ir se preparando, de um lado buscando prolongar o uso do glifosato, ponderando as suas vantagens. Por outro, caso venha mesmo a haver esse banimento,

previamente devem procurar estudar e testar alternativas para uso futuro em suas lavouras. Os técnicos terão muita responsabilidade nisso, através de trabalhos de pesquisa e posterior difusão das tecnologias.

Finalmente, não sabemos com precisão os motivos que levaram à proibição, depois de tantos anos de uso, mas é coerente uma pergunta. Por que só agora, será que o produto era adequado, por tantos anos e só agora ficou inadequado? Será que produzir alimentos em lavouras, a custos compatíveis com o poder aquisitivo das populações não é, também, uma prioridade, ou apenas o é a questão de pequeno prejuízo ambiental, o qual supomos seja o caso da proibição? ☹





QUEBRANDO RECORDES

XXII Seminário Internacional de Café de Santos trará grandes players do mercado mundial de café na edição 2018

A 22ª edição do Seminário Internacional de Café de Santos, que será realizada pela Associação Comercial de Santos (ACS), nos dias 9 e 10 de maio, sob o tema Quebrando Recordes, promete trazer representantes dos grandes players do mercado mundial de café: Neumann Kaffee Gruppe, Volcafe/EDFMan e Olam, dentre outros. Já estão confirmados os

principais dirigentes dessas empresas: David Neumann, Trishul Mandana e Vivek Verma. “Sem dúvida, formadores de opinião no mercado mundial de café”, ressalta o presidente da ACS, Roberto Clemente Santini.

Assim como nas últimas cinco edições, o evento ocorrerá no Sofitel Jequitimar, em Guarujá. A expectativa é que

um novo recorde de participantes seja alcançado, superando o número de 392 inscrições registrado no XXI Seminário.

“Estamos otimistas e aguardando uma participação recorde nesta 22ª edição. O Hotel está bloqueado para o evento. Contudo, as vagas são limitadas”, alertou o coordenador da Câmara Setorial dos



Roberto Clemente Santini, Presidente da Associação Comercial de Santos

Exportadores de Café, Moacir Delfim Leite Soares.

A solenidade de abertura será no dia 9, quarta feira, às 14,00 horas, com a presença do Governador de São Paulo e outras autoridades. As apresentações dos palestrantes terão início logo após a abertura, e serão completadas no dia 10, quinta feira. Na parte social, o cocktail de abertura será às 18,00 horas, encerrando-se o Seminário na noite do dia 10, com o jantar de gala.

Palestrantes

Levando em conta que cadeia do agronegócio do café é considerada como uma das mais avançadas e rigorosas em termos de leis trabalhistas e ambientais, ninguém melhor que o ex-ministro da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, Roberto Rodrigues, para falar sobre o assunto, um dos palestrantes deste ano.

Outro dado importante levado em consideração pela organização do evento para a escolha dos palestrantes foi o fato de o País ter cerca de 290 mil produtores de café espalhados por 15 estados da Federação. Diante deste número, foi convidado o chefe-geral da EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o engenheiro agrônomo Evaristo de Miranda, que irá mapear o uso de terras no Brasil.

A maior cooperativa de cafeicultores do mundo e maior empresa exportadora brasileira, a Cooxupé Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé também está entre as convidadas, por meio de seu

superintendente e cafeicultor, Lucio Dias.

Sendo a Alemanha um dos principais países importadores de café do mundo, outro convidado importante que se apresentará no seminário será Thomas Linemayr, o CEO da Tchibo (maior torrefadora alemã), um dos mais fiéis parceiros do café brasileiro.

Já para falar sobre o consumo mundial de café, perspectivas para o futuro e o trabalho que a Organização Internacional do Café tem realizado em todo mundo, o evento trará o diretor executivo da OIC, o brasileiro José Sette.

Economia

Diante do período de crise pelo qual tem passado o Brasil nos últimos anos, ainda mais agora, por conta do ano eleitoral, a organização do evento acrescentou à programação uma palestra sobre economia, com um dos mais renomados especialistas no tema da atualidade, Alexandre Schwartzman.



Moacir Delfim Leite Soares, Coordenador da Câmara Setorial dos Exportadores de Café da ACS e membro do Comitê Organizador do Seminário Internacional do Café

Serviços:

Data: 9 e 10 de maio

Local: Sofitel Jequitimar - Av. Marjori da Silva Prado 1100
Praia de Pernambuco, Guarujá

Inscrições: <http://seminariocafesantos.com.br/>





Código Florestal: Constitucionalidade mantida

A aprovação do Novo Código Florestal, em 2012, deu ao país um marco legal para a proteção da vegetação nativa, uma conquista que concilia preservação e produção, com a definição de regras para a regularização das propriedades rurais neste quesito.

O Código trouxe, entre diversas disposições, o CAR, Cadastro Ambiental Rural; e o PRA, Programa de Regularização Ambiental.

A junção de todos os cadastros, elaborados pelos produtores de modo

declaratório, tem demonstrado a fotografia do uso e ocupação das terras, e a sustentabilidade do setor, por meio dos expressivos ganhos de produtividade nas últimas décadas, com a manutenção de vegetação nativa protegida dentro das propriedades rurais.

No mês de fevereiro, o STF, Supremo Tribunal Federal, finalizou o julgamento das cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra diversos dispositivos do Código Florestal, baseadas em uma das principais teorias da doutrina dos direitos difusos, a chamada Teoria da Proibição do Retrocesso.

As ADIs, apresentadas em 2013, contestava a abordagem do Código nas questões referentes às áreas de preservação permanente e aos per-

centuais de reserva legal. Um dos pontos essenciais da discussão se referia ao marco temporal, os produtores que abriram áreas antes de 22 de julho de 2008 ficam isentos do pagamento de multas e outras sanções, desde que se registrem no CAR e cumpram com as ações estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para o PRA.

No que diz respeito aos artigos 59º e 60º, o entendimento do STF para considerá-los constitucionais foi de que não se trata de anistia uma vez que o perdão está condicionado ao cumprimento dos compromissos assumidos no TAC.

O segundo ponto de grande discussão refere-se ao artigo 67º que estabelece percentuais de reserva legal diferentes para produtores com até quatro módulos fiscais, baseando-se no remanescente de vegetação nativa existente na propriedade no marco temporal.

O artigo foi considerado constitucional pelo STF, pois caso pequenos produtores fossem obrigados a ter o percentual de reserva legal aplicável a seu bioma – valores estabelecidos no artigo 12º - a atividade agropecuária estaria sob-risco de tornar-se inviável para muitos destes produtores, pois além da redução significativa da área produtiva em suas propriedades, também teriam custos com a recuperação das áreas degradadas e com possíveis multas.

Segundo dados apresentados por Evaristo Miranda, chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, 91% dos produtores cadastrados no CAR possuem menos de quatro módulos fiscais e, juntos, ocupam 11% do território nacional. Sendo assim, podemos considerar que os ganhos ambientais seriam pequenos frente ao impacto econômico para os pequenos produtores e suas famílias e também para o valor da produção agropecuária do Brasil como um todo.

O Supremo também considerou inconstitucional o trecho da lei que permitia o desmatamento de área de preservação permanente para obras de infraestrutura destinadas à gestão de resíduos e instalações para competições esportivas e reforçou que a autorização para a abertura dessas áreas sensíveis só poderá ocorrer por interesse social, utilidade pública ou na ausência de alternativa técnica e locacional.

Outro tema debatido se refere à Cota de Reserva Ambiental (CRA), um importante instrumento de compensação para a regularização ambiental da reserva legal. Os proprietários de terra que possuem excedente de reserva legal poderiam vender essa cota para

produtores deficitários, desde que a cota esteja localizada no mesmo bioma.

Nesse sentido, o questionamento era de este o critério de localização da área de compensação é muito abrangente, O STF manteve o critério de compensação no mesmo bioma desde que ambas as áreas tenham a mesma identidade biológica.

Com a constitucionalidade do Código Florestal, a sociedade e os poderes constituídos demonstram um melhor conhecimento das competências e da responsabilidade socioambiental do setor agropecuário brasileiro.

A relevância social da cafeicultura nacional, pois 85% dos mais de 300 mil produtores são de pequeno porte, e os elevados índices de proteção ambiental nas regiões produtivas, demonstram a sustentabilidade da atividade. Dessa forma, a decisão do STF foi de fundamental importância para o Brasil, líder absoluto no mercado global de café. ☕



Marcos Antonio Matos é
Diretor Geral do Conselho dos
Exportadores de Café do Brasil
CECAFÉ

08 de Março,
Dia Internacional da Mulher

Todos os adjetivos não são
o bastante para descrever
sua importância para a
cafeicultura brasileira.

Cecafé

Conselho dos Exportadores
de Café do Brasil





*Eva Helena Memento e Liana Memento.
Alunas do Projeto Produtor Informado
e Produtoras de Café de Nepomuceno/MG*





Ressuscitando a Doutrina Monroe

Superada a guerra fria, supremacia dos EUA na América Latina deixou de ser automática

O renascimento da Doutrina Monroe é a grande inovação do governo Trump na recém-anunciada política externa para a América Latina.

O presidente James Monroe, nos idos de 1823, anunciou que os EUA iriam proteger os países sul-americanos de ameaças de colonização vindas de países europeus: “A América para os americanos”. Posteriormente, em 1904, Theodore Roosevelt ampliou essa política para incluir a defesa de direitos de empresas norte-americanas na América Latina. Essas ações ficaram conhecidas como a Doutrina Monroe e

seu corolário. No governo Obama, em pronunciamento feito na sede da Organização dos Estados Americanos, John Kerry, então secretário de Estado, afirmou, com grande ênfase, que a era da Doutrina Monroe tinha chegado ao fim.

Recentemente, em discurso na Universidade do Texas (US engagement in the Western Hemisphere), antes de seu passeio pela América Latina, o secretário de Estado, Rex Tillerson, anunciou: “Tínhamos esquecido a importância da Doutrina Monroe e o que ela significou para o Hemisfério”. Em nome dessa doutrina, os EUA, à medida que seu poder

aumentava, assumiram o papel de polícia da região e posteriormente do mundo. Na América Latina houve mais de dez intervenções sob a justificativa de defesa dos interesses das empresas norte-americanas e das ameaças aos valores, nem sempre coerentes com a democracia, defendidos por Washington. O retorno dessa percepção no atual governo não pode deixar de ser preocupante.

Sem outras inovações, como nos governos republicanos e democráticos de Clinton, Bush e Obama das últimas décadas, essa política está fundada nos mesmos três pilares: economia, segurança

e democracia. Na atualização trumpista, o crescimento econômico e o comércio na região devem estar associados ao aproveitamento dos recursos energéticos (petróleo, gás, eletricidade) e de infraestrutura. A prioridade em segurança está relacionada com o desmantelamento das organizações transnacionais do crime organizado (em especial no México), a redução do cultivo da coca na Colômbia, o combate à corrupção (em toda parte) e melhorar a capacidade de defesa dos pequenos países da América Central e do Caribe (Caribbean Initiative 2020) contra criminosos mais bem armados e financiados, inclusive do Estado Islâmico. No tocante à democracia, em todos os países visitados a ênfase foi a situação política e econômica na Venezuela e a advertência para que o modelo da China não seja seguido. O resultado da eleição presidencial em Honduras, com fortes indícios de fraude eleitoral, foi rapidamente reconhecido por Washington.

A intenção de voltar aos tempos da Doutrina Monroe fica transparente nas referências feitas por Trump à intervenção dos EUA e ao estímulo a um golpe militar na Venezuela, mencionado por Tillerson. A exemplo da guerra fria, a preocupação com a crescente presença da China, primeira parceira comercial do Brasil, do Peru, do Chile e financeira, juntamente com a Rússia, da Venezuela. Um alto funcionário do Tesouro chegou a ressaltar que, “em vez de ajudar na melhora da governança e das políticas macroeconômicas, o investimento da China frequentemente deu força a governos fracos e corruptos”.

O anúncio da política em relação à região é coerente

com a ideia dos Estados Unidos em primeiro lugar e com a defesa dos interesses de empresas norte-americanas, relegadas a segundo plano nos últimos anos. Os formuladores de decisão no Departamento de Estado não parecem estar acompanhando a dinâmica das transformações políticas, econômicas e sociais no continente e o grau de penetração que a China ganhou recentemente.

Nos três pilares definidos pelo Departamento de Estado, o Brasil ocupa lugar de relevo, embora aparentemente minimizado pelo governo Trump. Não está clara a mensagem que foi passada não só ao Brasil, mas para a região, quando o secretário de Estado e o subsecretário Shannon, em visitas recentes, literalmente pularam Brasília. Somos hoje o país na região com a maior dependência econômica da China e, além disso, membro do Brics. Por outro lado, como reagiriam os EUA em eventual ato agressivo da Venezuela em relação ao território contestado na Guiana? E qual a reação dos países da região à aplicação da Doutrina Monroe numa eventualidade desse tipo?

No caso do México, além do problema de segurança, dependendo de como for concluída a renegociação do acordo de comércio com os EUA (Nafta), o relacionamento bilateral pode ganhar contornos inusitados a partir da próxima eleição presidencial, em junho, hoje liderada nas pesquisas por López Obrador, candidato de esquerda com claras posições restritivas aos EUA.

Em meados de abril, o Peru deverá organizar a Cúpula das Américas com a presença de todos os chefes de Estado, menos Maduro, da Venezuela, desconvocado com apoio do

Grupo de Lima (o Brasil incluído), mas ameaçando comparecer de qualquer maneira. Será interessante acompanhar o encontro presidencial, especialmente se Trump comparecer, alguns dias antes da contestada eleição antecipada na Venezuela, e como reagirão os países em face da eventual retomada do clima de guerra fria, em vista da crescente presença da China em nossa região.

O ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, disse que “os EUA não sabem o que fazer na América Latina”. No tocante ao Brasil, as relações nunca estiveram em nível político-diplomático tão baixo e desgastado. Superado o clima da guerra fria, a supremacia de Washington na região deixou de ser automática.

Como resultado das atitudes recentes, não restará alternativa ao Brasil senão definir políticas claras para ampliar o espaço e a presença na região e buscar encontrar seu lugar no mundo compatível com uma das dez maiores economias globais na defesa de nossos interesses. 

Rubens Barbosa, é Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP



CRÉDITOS: ANDRÉ MONTEIRO

BOLSA OFFICIAL
DE CAFÉ

Museu do Café: 20 anos de realizações

Por Joanna Flora

A história do Museu do Café começou a ser escrita em 1996, quando, com a eminência da queda da torre do edifício da antiga Bolsa Oficial de Café, instituiu-se um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da criação deste equipamento cultural dentro do palácio.

O processo de restauração teve início em 1997 e, no ano seguinte, o Museu abriu as portas em Santos, visando divulgar e preservar a história do grão, sob gestão da Associação dos Amigos do Museu do Café (AAMC), hoje Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI).

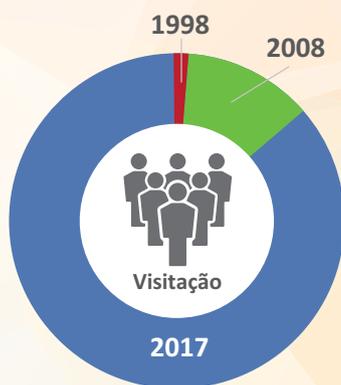
Em 2008, um novo passo foi dado com a AAMC qualificando-se como Organização Social de Cultura, passando, então, o Museu do Café a integrar o rol de equipamentos culturais da Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. Desde então, passou a receber verbas e incentivos governamentais, comprometeu-se a ser fiscalizada e prestar contas à órgãos públicos do Governo do Estado, trabalhando com base em diretrizes e metas estabelecidas pelo contrato de gestão.

O Museu do Café, após 20 anos de sua abertura, conquistou posição de destaque como uma das instituições mais visitadas da região e do estado, além de ganhar visibilidade nacional por meio de seus projetos e exposições.

“No decorrer desses quatro anos à frente do Conselho de Administração do INCI, eu tive o privilégio de estar mais próximo do Museu do Café e ser testemunha da sua consolidação enquanto equipamento cultural de referência. Ao acompanhar suas propostas e conquistas, me certifiquei, ainda mais, do

quanto a união dos empresários do agronegócio, assim como a participação efetiva da classe cafeeira, é essencial para que a instituição continue em crescimento, recebendo o devido reconhecimento”, comenta o presidente do conselho de administração, Roberto Ticoulat.

Atualmente, o Museu ultrapassou a marca de mais de 2 milhões e 400 mil visitantes. Em 1998, 5.553 pessoas conheceram o espaço, que contava apenas com a visita ao Salão do Pregão. Em 2008, o número de visitantes foi de 49.384. No ano passado, a instituição recebeu um público acima de 340 mil.



“No decorrer desses quatro anos à frente do Conselho de Administração do INCI, eu tive o privilégio de estar mais próximo do Museu do Café e ser testemunha da sua consolidação enquanto equipamento cultural de referência”. Roberto Ticoulat.

CRÉDITOS: GINO PASQUATO





CRÉDITOS: KARINA FREY

Exposições

A primeira exposição de longa duração, intitulada “A trajetória do café no Brasil”, inaugurada em julho de 2005, permitiu aos visitantes conhecerem o térreo e também o primeiro andar do edifício. Após quase 10 anos em cartaz, foi substituída pela atual “Café, patrimônio cultural do Brasil: ciência, história e arte”, aberta ao público em dezembro de 2014.

O Museu do Café já inaugurou mais de 30 exposições

temporárias em suas dependências, apresentando, por exemplo, a relação do grão com a imigração japonesa, o trabalho nas fazendas, a indústria das sacarias e, mais recentemente, uma desconstrução do vitral de Benedicto Calixto, a história de sítios agrícolas em Honduras e diversas maneiras de preparo da bebida, que ainda permanecem em uso.

A versatilidade de algumas mostras é explorada e trabalhada para que outros espaços, dentro ou fora da cidade, possam recebê-las e o conhecimento seja difundido nos mais diversos cenários. A exposição “90 anos do edifício da Bolsa Oficial de Café”, por exemplo, já foi realizada na BMF&Bovespa, entre novembro de 2012 e janeiro de 2013.

O reconhecimento e importância desses visitantes e dos demais públicos específicos resultou na composição do Núcleo Educativo, responsável por atender e promover programas para as escolas, jovens em situação de vulnerabilidade social, idosos, pessoas com deficiência, professores, educadores, guias de turismo e crianças. De 2010 a 2017, mais de 226 mil pessoas foram recebidas nos mais diversos projetos, visitas, atividades e capacitações.



2018

Nesse ano, o Museu do Café visa iniciar uma nova fase de governança, consolidando, cada vez mais, a expertise adquirida nas áreas técnica, administrativa e financeira.

A partir de abril, o INCI contará com um novo conselho administrativo, responsável por prosseguir com o trabalho realizado anteriormente, objetivando sempre a manutenção do equipamento cultural e todas as ações propostas pelos setores.

No que diz respeito às exposições, o Museu pretende inaugurar

Educativo

Desde a inauguração do Museu, os estudantes são parte importante do público da instituição. Entre os anos de 1999 e 2009, o equipamento cultural recebeu mais de 48 mil alunos de escolas públicas e privadas.



Alessandra Almeida

gurar a temporária “Café Árabe, um símbolo de generosidade”, apresentando as tradições árabes em relação a técnica de preparo e a cultura imaterial desse café, trazidas por pessoas em seus movimentos migratórios para o estado de São Paulo. Em parceria com o Museu da Língua Portuguesa, a instituição acolherá ainda a mostra itinerante “Estação da Língua Portuguesa”, em cartaz entre os meses de abril e maio.

Desafios

Na visão da diretoria do INCI Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração, Organização Social responsável também pelo gerenciamento do Museu da Imigração, em São Paulo, os próximos anos da gestão serão pautados por grandes desafios, a começar pela busca de autonomia financeira. A diretora executiva, Alessandra Almeida, acredita que um passo importante desse caminho é a estruturação e fortalecimento do Núcleo de Captação de Recursos. “Com os repasses governamentais na área cultural ainda impactados pela crise econômica, é fundamental potencializar as fontes de captação operacional, patrocínios e parcerias para que o Museu do Café mantenha a sua estrutura e, principalmente, a realização de suas atividades”.

De acordo com Thiago Santos, diretor administrativo/financeiro, o INCI já trabalha em diversas frentes de captação, que serão potencializadas com a estruturação do núcleo. Além de projetos aprovados, tanto em leis de incentivo quanto em editais específicos, há possibilidade de apoio direto tanto de empresas quanto de pessoas físicas por meio de programas como Amigos do Museu do Café e o Núcleo de Parceiros do INCI, por exemplo. “Hoje o INCI possui diversos canais para recebimento de apoio financeiro. No atual cenário, é fundamental sensibilizar as empresas, entidades de classe e a sociedade da importância de participarem desse projeto, para que a história do café continue sendo preservada e divulgada às futuras gerações”.

Com a sua inauguração em 1922 e o último restauro realizado em 1997, o palácio da antiga Bolsa Oficial de Café é um dos desafios da diretoria e do conselho do INCI. Um projeto de restauração completa do edifício está tramitando na Secretaria da Cultura e a captação de recursos é fundamental para o início dessa reestruturação e recuperação do prédio.

Para Eduardo Carvalhaes Junior, um dos fundadores do Museu do Café, cabe ressaltar que

“foram 20 anos de muito trabalho, mas compensou. Aproveitamos essa data para relembrar o que aconteceu, mas, principalmente, pensar no futuro e projetar os próximos passos, objetivando, sempre, reafirmar a importância do café para o desenvolvimento social e econômico do país”.

Durante o funcionamento da Bolsa, os frequentadores das negociações e arredores contavam com um restaurante no terceiro andar do edifício. Atualmente, esse salão é um dos espaços disponíveis para locação e realização de eventos, mas, entre as prioridades da gestão, está a utilização do ambiente para a sua finalidade inicial.

A gestão objetiva ainda constituir uma rede de museus voltada à temática cafeeira. Com essa captação e parceria, será possível desenvolver programas, exposições e ações em conjunto com os demais equipamentos no Brasil e no mundo, o que estreitará essa relação e irá contribuir para o crescimento e fortalecimento da instituição, trazendo novas perspectivas e outras fontes de informação para os visitantes.) (E



Thiago Santos

CRÉDITOS: THÂMARA MALFATI

“Foram 20 anos de muito trabalho, mas compensou. Aproveitamos essa data para relembrar o que aconteceu, mas, principalmente, pensar no futuro e projetar os próximos passos, objetivando, sempre, reafirmar a importância do café para o desenvolvimento social e econômico do país.” Eduardo Carvalhaes Junior



Eduardo Carvalhaes Junior



O Funrural a partir de 2018

Com o advento da Lei nº 13.606/2018, a princípio, s.m.j., as inconstitucionalidades que maculavam a Contribuição ao Funrural foram sanadas, eis que a nova norma trouxe os elementos necessários para viabilizar a sua exigibilidade, ou seja, indicou expressamente o sujeito passivo da obrigação tributária (quem é o responsável pelo recolhimento), bem como definiu a base de cálculo e a alíquota em conformidade com o texto constitucional.

Contudo, há que se ressaltar que, apesar disto, a Lei nº 13.606/2018 não reintroduziu o adquirente da produção rural como responsável tributário pelo recolhimento da Contribuição ao Funrural, uma vez que restou silente no que toca à subrogação, a qual, como já é de conhecimento notório, foi afastada do mundo jurídico após a suspensão da execução do art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, por força da Resolução nº 15/2017, do Senado Federal.

Isto posto, faz-se necessário esclarecer que o Mandado

de Segurança Coletivo impetrado pelo CECAFÉ, onde se discute a constitucionalidade da norma que instituiu a Contribuição ao Funrural, assim como suas posteriores alterações (até a Lei nº 10.256/2001), não se revela capaz de impedir a sua exigibilidade a partir de janeiro de 2018, mesmo que o resultado final do julgamento dos 10 recursos de Embargos de Declaração opostos no RE nº 718.874/RS venha a ser favorável aos contribuintes.

No entanto, cumpre lembrar que a Ação Coletiva do CECAFÉ não se restringe a questionar apenas a constitucionalidade da Contribuição ao Funrural, mas também se propõe a afastar a responsabilidade dos seus Associados quanto ao seu recolhimento, uma vez que também pleiteia a inconstitucionalidade da subrogação.

Portanto, mesmo após o julgamento final do RE nº 718.874/RS, e, em sendo observado um resultado negativo aos contribuintes, o Mandado de Segurança Coletivo do CECAFÉ ainda deverá ser palco da discussão acerca da incons-

titucionalidade do art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, ou seja, a responsabilização do adquirente da produção rural pelo recolhimento da Contribuição ao CECAFÉ, por subrogação.

Feitas estas considerações, caso os Associados do CECAFÉ demonstrem interesse em questionar a sua responsabilidade, a partir de janeiro de 2018, pelo recolhimento da Contribuição ao Funrural, tendo em vista a inexistência de previsão legal da subrogação, recomenda-se avaliar a propositura de ação judicial individual para tanto.

Exemplos práticos de tal medida já estão sendo vistos nos Tribunais brasileiros. Conforme já noticiado em diversos meios, o TRF da 3ª Região reformou decisão da primeira instância que, inicialmente, havia negado a antecipação de tutela pedida pela Associação de Frigoríficos e Distribuidores de Carne de Mato Grosso do Sul (Assocarne).

Nesse julgamento, o Desembargador Federal Wilson Zauhy liberou frigoríficos de

recolher o tributo na condição de responsável tributária, com base na resolução do Senado Federal que suspendeu a execução do art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91. Entendeu que, embora o entendimento mais recente do STF favoreça a cobrança, a Resolução nº 15/2017 retirou do ordenamento jurídico as leis que autorizam a exigência da Contribuição ao Funrural.

Nas exatas palavras do Desembargador Federal Relator, *“...tanto na decisão proferida pelo E. STF como no ato editado pelo Senado Federal que, respectivamente, declarou a inconstitucionalidade do dispositivo legal e determinou a suspensão de sua execução não houve qualquer ressalva à manutenção do recolhimento por sub-rogação, daí depreendendo-se que a ordem legal para tal forma de recolhimento se encontra sem fundamento de validade, dado que deixou de produzir efeitos a partir da publicação da Resolução mencionada. ...”*.

A polêmica estratégia de cobrança da Procuradoria instituída pela Lei nº 13.606/2018

A Lei nº 13.606/2018, além de definir questões referentes à Contribuição ao FUNRURAL, também trouxe uma polêmica estratégia de cobrança da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, que consiste na possibilidade de este órgão, de cunho meramente administrativo, investir-se da competência até então exclusiva do Poder Judiciário, de determinar o bloqueio de bens e direitos de contribuintes, que se encontrem na situação de devedores do Fisco.

Como era de se esperar, tal agressividade legislativa foi objeto de imediata resposta, tanto no campo do Judiciário, com a propositura de Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, quanto na própria Câmara dos Deputados, através da apresentação do Projeto de Lei nº 9.623/2018, proposto pela De-

putada Federal Tereza Cristina (DEM/MS).

Ambas as iniciativas destacam a flagrante ilegalidade criada pela Lei nº 13.606/2018, eis que viola direito fundamental garantido pela Constituição Federal, qual seja, que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, entenda-se, sem o amparo de uma decisão judicial fundamentada e com a devida base legal.

Apesar da existência de toda esta discussão, a PGFN já editou a Portaria nº 32/2018, regulamentando essa sua “nova atribuição”; contudo, tudo leva a crer que, em breve, a arbitrariedade da qual a Fazenda Nacional pretende se socorrer deverá ser afastada do mundo jurídico, seja pelo STF, seja pela iniciativa da própria casa legislativa. 

Afonso Celso Mattos Lourenço, é sócio fundador da Lourenço e Rodrigues - Advogados (OAB/RJ 27.406)

Francisco de Paula Chagas Netto (OAB/RJ 137.907)





O bloqueio administrativo de bens por dívidas tributárias

Para a surpresa dos contribuintes, juntamente com o pleito de parcelamento de dívidas do Funrural – PRR –, houve a inclusão de alterações na Lei n. 10.522/2002, por meio do art. 25 da Lei n. 13.606, de 09 de janeiro de 2018.

A relevante alteração produzida, e que nos leva a concluir pela necessidade de o setor produtivo do país, verdadeiramente, unir forças para evitar abusos, diz respeito à possibilidade de indisponibilidade de bens e direitos do contribuinte pelo simples fato de não realizar o parcelamento ou pagamento de dívidas fiscais, independentemente de autorização judicial. Do ponto de vista técnico ou acadêmico tal medida tem sido denominada de averbação pré-executória.

Além da indisponibilidade – bloqueio –, também poderá o contribuinte sofrer outros meios indiretos para coagir ao pagamento do tributo como SPC, Serasa, CADIN, entre outros.

Para não existir dúvida desta afirmação, vejamos o que dispôs a legislação no art. 20-B, da Lei n. 10.522/2002, após referida alteração:

“Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados

§ 1º A notificação será expedida por via

eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.

§ 2º Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.

§ 3º Não pago o débito no prazo fixado no caput deste artigo, a Fazenda Pública poderá:

I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e

II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.”

A primeira observação a ser feita a respeito puramente da análise desta lei é no sentido de que há evidente inconstitucionalidade.

A Constituição Federal, que merece respeito de todo ato legislativo, mesmo que com bons propósitos, impõe e garante a

ções e por meio de autorização judicial.

Por esta razão, exemplificativamente, já existe Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (ADI 5881, entre outras).

Independentemente da inconstitucionalidade e evidente abuso em detrimento dos direitos dos contribuintes, sob a perspectiva do dia a dia, é preciso alertar da importância de maior acompanhamento e monitoramento das dívidas fiscais para se evitar bloqueios indevidos e, além disso, estruturar estratégia de atuação para tal finalidade e defesa no Poder Ju-

de manutenção da regularidade fiscal – CPEN -.

Ademais, estabeleceu um procedimento para referida averbação pré-executória, especialmente, a partir dos arts. 21 e ss, permitindo, inclusive, uma impugnação ao ato de constrição.

Estas são algumas ponderações a respeito deste instituto inconstitucional criado em detrimento do contribuinte, o qual exigirá uma condução do passivo fiscal tributário com maior controle, organização e estratégia, sob pena de vários prejuízos e inconvenientes. 

toda e qualquer pessoa física e jurídica um direito-garantia fundamental no art. 5º, inciso LIV, que é o devido processo legal, pois enuncia: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Não há dúvida de que esta medida é excessiva, desproporcional e, claramente, causa a indisponibilidade (mais severa restrição ao direito de propriedade e livre iniciativa) antes do devido processo legal formal e substancial.

Outro ponto relevante decorre de inconstitucionalidade formal, pois, em verdade, esta matéria, por tratar de garantia do crédito tributário, somente poderia ser disciplinada do ponto de vista legislativo por lei complementar (art. 146, III, “b”, CF/88). Da mesma forma, o art. 185-A, do Código Tributário Nacional, que é lei complementar, já disciplina referida indisponibilidade, que há de ser feita em determinadas condi-

cionárias. O contribuinte deverá ser mais ativo e organizado se pretende evitar certos males.

Lembramos, ainda, que referida legislação foi regulamentada pela Portaria PGFN n. 33, de 08 de fevereiro de 2018, que disciplinou “os procedimentos para o encaminhamento de débitos para fins de inscrição em dívida ativa da União, bem como estabelece os critérios para apresentação de pedidos de revisão de dívida inscrita, para oferta antecipada de bens e direitos à penhora e para o ajuizamento seletivo de execuções fiscais”.

Embora não torne a lei constitucional, permitiu ao contribuinte, por exemplo, a viabilidade administrativa da oferta antecipada de garantia em execução fiscal (art. 8º e ss). Neste ponto, a disciplina muito auxilia não somente o contribuinte para evitar o bloqueio, mas também a fim de evitar a medida judicial de caução, amplamente conhecida, para fins

Fábio Pallaretti Calcini é Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP
Pós doutorando em Direito pela Universidade de Coimbra/por
Professor da FGV DIREITO SP
Advogado. Sócio Brasil Salomão e Matthes Advocacia





CAFÉS DO BRASIL: qualidade, competitividade, reconhecimento e oportunidade... mas só que não!

Em âmbito global, foi a partir dos anos 90 que ocorreu a inflexão na curva de consumo global de café. Nos primeiros 30 anos do perí-

odo considerado (1970/1999) a taxa de crescimento geométrico médio por década saltou de 1,3%a.a para 1,8%a.a. Esse ritmo de crescimento mantinha-se

similar ao do aumento vegetativo da população mundial. Entretanto, foi a partir dos anos 2000 que se acelera a taxa de crescimento do consumo que evo-

luiu para 2,5% a.a. e, na seguinte (2010/2017), ainda que exiba ligeiro arrefecimento, o consumo se expande a taxa de 2,3% a.a., mantendo-se em ritmo mais intenso do que nas primeiras três décadas da série (Gráfico 1).

Ainda que já estivesse presente entre consumidores japoneses, a aceleração recente do consumo de café é, reconhecidamente, resultado da crescente aceitação do hábito entre as demais populações dos países asiáticos. O chamado Eixo Pacífico ganha proeminência, destacando-se em quantidades face as qualidades, caminhando para deslocar a habitual rota Atlântica, tradicionalmente até então percorrida pelos embarques de café no comércio internacional da bebida.

Considerando o atual dinamismo e sofisticação para o consumo global de café, torna-se possível estabelecer cenários para o desempenho da demanda para a próxima década. Naquele que é considerado o cenário mais provável (a

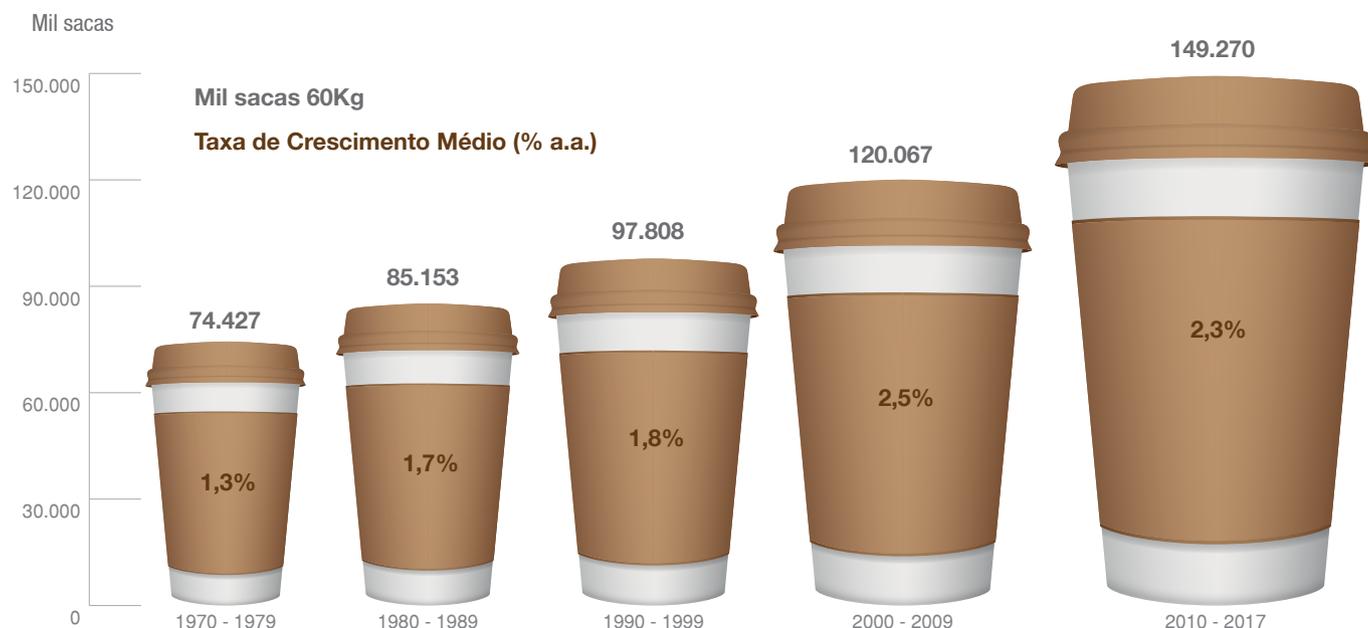
taxa de crescimento anual da demanda de 2,0% a.a.) a quantidade de café necessária para manter o suprimento mundial, em 2030, seria da ordem de mais de 205 milhões de sacas, podendo atingir 219 milhões de sacas se o cenário considerado for o otimista (Gráfico 2).

Essas projeções sinalizam como será o futuro do agronegócio café e, especialmente, posicionam objetivamente os desafios que esse segmento terá pela frente em território brasileiro. Todos os agentes econômicos envolvidos terão que ampliar suas iniciativas centrando-se mais no incremento da produção e da produtividade do que na expansão da área cultivada, a indústria inovando na tecnologia de processamento e de apresentação do produto e o comércio atendendo prontamente o clamor global por mais e melhores cafés. Ao setor público caberá estabelecer, com criatividade e ações pró-mercado (visando garantir a renda do cafeicultor); difundir novas tecnolo-

gias e normatizar quesitos de sustentabilidade, sanidade, saudabilidade e padronização dos tipos entre outros temas necessários a boa governança entre os agentes de mercado.

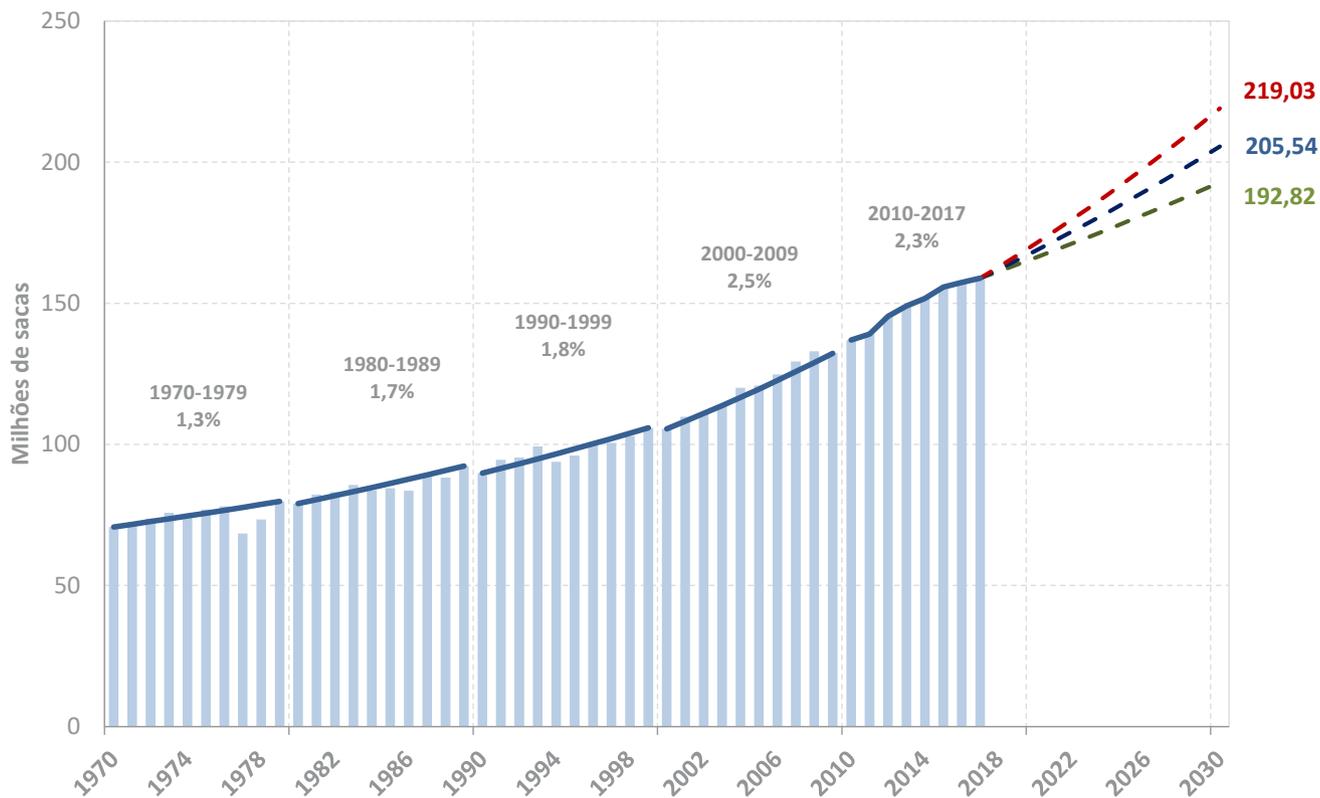
As informações exibidas denotam futuro promissor para agronegócio café no mundo. O Brasil, enquanto principal produtor, exportador e segundo maior consumidor, deveria, ao menos em tese, assumir protagonismo nesse mercado. A história dessa cultura em nosso país; a pesquisa e tecnologia agrônômica aplicada à lavoura que aqui se desenvolveu; a sustentabilidade e preservação ambiental de nossa produção cafeeira; a qualidade de nossos cafés; a excelência comercial dos exportadores, o empenho da indústria em oferecer segmentada linha de produtos, uma grande população majoritariamente apreciadora da bebida, configuram poderoso arranjo para posicionar o Brasil enquanto país de maior êxito no contexto de dinâmico desse negócio.

Gráfico 1 - Consumo Mundial
Médias por decênio



Fonte: OIC

Gráfico 2 - Consumo Mundial de Café e Projeção até 2030



Fonte: OIC

Todavia, submetendo a análise pormenorizada dos dados do comércio global de café por parte do Brasil, constatou-se que nos últimos dez anos, os resultados obtidos seguem na contramão da tendência mais geral destacada. No decênio 2008 até 2017, o ritmo de incremento dos embarques brasileiros (considerando todos os segmentos) foi de apenas 1,1% a.a.. Mesmo tomando-se aquele de melhor desempenho, as exportações de arábica, a taxa de crescimento do quantum enviado ao exterior foi de 1,4% a.a., ou seja, 0,6% a.a. abaixo à média mundial (Tabela 1).

Em sendo o Brasil o principal player do mercado e tendo incrementado tão pouco seus negócios internacionais em café, certamente nossos

competidores foram os responsáveis pelo crescimento apurado de 2% a.a. para transações do produto, conforme ilustrado na Figura 1. No quesito valor apurado nas exportações de arábica, resultado de 1,8% a.a., denota que nossos cafés foram algo mais valorizados (interesse maior pelos cafés certificados, gourmet e pelas duas maravilhas da cafeicultura brasileira: o Cereja Descascado e o Bourbon Amarelo).

Muitos países competidores suplantaram em quantum exportado o desempenho brasileiro em arábica. A pífia expansão de 1,4% a.a., no

decênio passado, não se compara com os 26,3% a.a. da Indonésia; 8,1% a.a. de Uganda ou



3,2% a.a. da Etiópia. Procedendo-se mesmíssima análise para os competidores em robusta, constatou-se que esse mercado cresceu 2,1% a.a. no decênio com forte incremento dos embarques de desse tipo na Índia, Vietnã e Uganda. Em contrapartida o Brasil amarga declínio dos embarques de -19,5% a.a. no mesmo período considerado. O lamentável desempenho brasileiro se repete no caso do solúvel com mundo crescendo 7,3% a.a. (destaque para Vietnã, Indonésia e Índia) e Brasil com ridículos 0,3% a.a. (Tabela 2).

A essa altura surgem questionamentos. O quê será que esses países líderes atuais no avanço do comércio internacional de café, com muito menos história na lavoura, pior tecnologia, menor sustentabilidade, menor conhecimento comercial e industrial, têm de melhor que o Brasil? Onde é que residem tais competências que por aqui não se vislumbram? Tais questionamentos deveriam estar na ordem do dia das lideranças do segmento e dos gestores das políticas públicas destinadas ao agronegócio capazes de reinserir o

Tabela 1 - Taxa geométrica de crescimento anual das exportações de café, por tipo, Brasil, 2008-2017

Item	Taxa Crescimento - Decênio 2008-2017 (%)				Taxa ponderada (%)
	Arábica	Conilon	Solúvel	T&M	
Quantum	1,4	-19,5	0,3	-14,9	0,5
Valor	1,8	-18,2	0,8	-7,5	1,1

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do CECAFÉ, 2018

país na rota de ampliação de seu market share no suprimento mundial?

Entre 2012 e 2017, segundo dados da OIC¹, a taxa de crescimento do consumo de café entre países exportadores alcançou 2,0%a.a (totalizando cerca de 49 milhões de sacas em 2017), suplantando a taxa calculada para países importadores que, no período considerado, atingiu 1,7%a.a (Tabela 3). Cabe destacar ainda que o no período de 2015 a 2017, o Brasil caiu de 32,5% para 25,8% de participação nas exportações mundiais de café, período em que os embarques e consumo globais indicaram aumento. Tal desempenho demonstra a menor dependência que o mundo tem do café brasileiro.

mente, enquanto o Brasil contribuiu com apenas 8%¹ desse market share.

Ilegítimo tentar argumentar que a distância do Brasil do Eixo Pacífico favorece nossos competidores, deslocando o país da até então consolidada liderança do comércio exportador. Tomando-se como referência, por exemplo, os embarques para os EUA (maior mercado consumidor),

Para atender ao ritmo de aumento do consumo dos países exportadores, melhor se prepararam a Indonésia e o Vietnã que o Brasil. Os dois primeiros, em 2017, corresponderam com 47% e 26% de participação nas exportações totais para tais destinos respectiva-

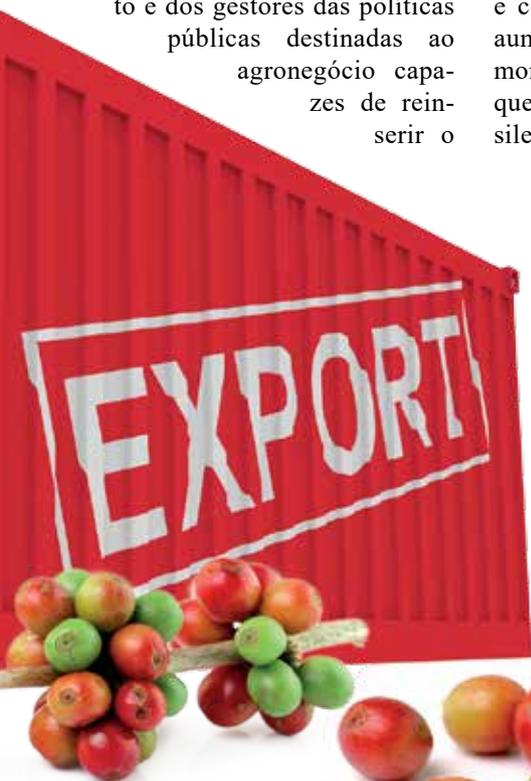




Tabela 2 - Ranking dos cinco países mais dinâmicos para o mercado de café, em quantidades exportadas, decênio 2008-2017

ARÁBICA	Taxa Crescimento % a.a.	Variação decenal (%)
Indonésia	26,3	716,6
Honduras	9,4	125,2
Uganda	8,1	101,2
Nicarágua	5,2	57,9
Etiópia	3,2	32,3
Total arábica	1,8	17,8

ROBUSTA	Taxa Crescimento % a.a.	Variação decenal (%)
Índia	8,6	109,5
Vietnã	3,3	33,9
Uganda	3,3	33,8
Indonésia	2,0	19,8
Laos	1,7	16,5
Total robusta	2,1	20,7

SOLÚVEL	Taxa Crescimento % a.a.	Variação decenal (%)
Vietnã	65,3	9.132,9
Indonésia	25,1	648,9
Índia	11,1	158,0
México	5,2	58,4
Colômbia	0,9	8,7
Total Solúvel	7,3	88,1

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC)

Elaboração: CECAFÉ

pertencente ao Eixo Atlântico, evidencia-se acelerada substituição da origem Brasil pela de outros países concorrentes (Tabela 4).

Admirável o avanço hondurenho no mercado estadunidense. A imagem de república de bananas, ao menos em café, pertence a outro país, esse de dimensões continentais.

O que temos de fato no Brasil é um déficit no crescimento da produção associado a políticas mal desenhadas (vide o ranço contra o *draw back* e da destinação errática das linhas de crédito) e persistente desconfiança entre os membros do mercado (cafeicultor contra indústria, indús-

tria contra exportação, etc...). Essa incapacidade de produzir consensos e mútua confiança e, conseqüentemente, crescimento econômico, não é exclusividade do segmento café, mas da economia como um todo que permanece refém de modelos de desenvolvimento que já não mais atende aos princípios que norteiam aqueles países que avançam aceleradamente, crescem e se tornam mais prósperos que o Brasil. Em 2017, a participação da origem Brasil (todos os tipos) no comércio mundial de café foi de apenas 25%²¹! O Rei está nu. Aqueles que acreditam que veem, e os cegos também, parecem não desconfiar que uma ruptura esta prestes a acontecer. ☹️



Tabela 3 - Consumo de Café por perfil e Total Mundial, 2012 a 2017

Item	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Taxa Crescimento (%)
Consumo mundial	145.367	149.022	151.756	155.756	157.382	158.886	1,8
Países							
Exportadores	44.350	46.109	47.198	48.253	48.514	48.881	2,0
Importadores	101.018	102.527	104.527	107.503	108.868	110.005	1,7

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC), fev.2018

Tabela 4 - Exportações de café para os EUA (todos os tipos), Países Seleccionados, média quadrienal 2013/16 e 2017

(quantidade em toneladas e valor em US\$1000)

País	Média 2013/2016		2017		Variação (%)	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Colômbia	292.201	1.186.491,50	346.107	1.357.696	18,45	14,43
Vietnã	224.705	471.492,50	237.182	532.658	5,55	12,97
Honduras	57.731	203.103,50	85.465	291.306	48,04	43,43
Indonésia	73.367	316.379,00	74.798	314.556	1,95	-0,58
Brasil	419.073	1.306.093,25	373.068	1.162.892	-10,98	-10,96

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados básicos de: UNITED STATE DEPARTEMENT OF AGRICULTURE – USDA 2015. Banco de Dados, Global, Agriculture Trade Sistem – GATS. Disponível em: <<http://apps.fas.usda.gov/gats/default.aspx>>. Acesso em: 10/03/2018

¹ Tabulação especial a partir de banco de dados do CECAFÉ.

² Ver relatório: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.cecafe.com.br/site/wp-content/uploads/graficos/CECAFE-Relatorio-Mensal-FEVE-REIRO-2018.pdf&hl=en>

Celso Luis Rodrigues Vegro, é
Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador
Científico do IEA
celvegro@iea.sp.gov.br

Eduardo Heron Santos, é
Cientista da Computação,
Diretor de TI do CECAFE
eduardo@cecafe.com.br





Fecomerc

A FECOMÉRCIO RJ É A REPRESENTAÇÃO
DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS,
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ércio RJ

ENTANTE
COS E TURISMO
D.

ABIC completa **45 anos de fundação**

45 anos de lutas em prol da indústria de café e do consumidor brasileiro.



A REVISTA DO CAFÉ cumpri-
menta a Associação Brasileira da Indústria
de Café – ABIC pelo transcurso dos 45 anos
de sua fundação, marcados com grandes
conquistas, produto de um trabalho con-
sistente e consolidado, que contribuiu para
a estruturação de um setor industrial de
café moderno, pujante e que atende as ne-
cessidades dos consumidores brasileiros,
cada vez mais exigentes.

Fundada em 12 de março de 1973, a
entidade pautou suas atividades na
consolidação do mercado interno,
no respeito ao consumidor, na
luta pelo livre mercado, tendo
sempre a coragem de erguer
grandes bandeiras e traçar
estratégias ousadas, com o
grande compromisso pela
qualidade do café.

Do pioneiro “Selo de Pu-
reza”, um inédito e inova-
dor programa de autorre-
gulamentação, lançado em
1989, até os diversos cer-
tificados do Programa de
Qualidade do Café a luta
pela melhoria da quali-
dade levou a resultados
significativos, reconhe-
cidos internacionalmente.

Esse esforço
impactou também no
aumento do consumo, que saiu da faixa
de 6 milhões de sacas, em 1985, para mais de 21 milhões
em 2017, com o Brasil consolidando-se como o segundo maior
consumidor do mundo.

A entidade congrega 430 empresas, de todo o Brasil e de todos os
portos, que juntas industrializam 80 % do café consumido no país,
com um faturamento anual de R\$ 7,0 bilhões. Todo esse produto é
auditado, analisado – por laboratórios independentes - e certifica-
dos pela entidade, o que garante um produto puro e com qualidade.

A ABIC também trabalha para desmistificar e quebrar precon-
ceitos a respeito do café, apoiando pesquisas médico-científicas
e o Programa “Café & Saúde”. Estes trabalhos que buscam ava-
liar os efeitos do produto no ser humano são de extrema im-
portância. Seus resultados indicam que o café pode fazer bem
à saúde, desde que tomado em doses adequadas a cada pessoa.

Cumprimentos para o empresário Ricardo Silveira, presidente da
ABIC, para quem “abrir novos mercados e trabalhar para conse-
guir maior valor agregado ao café é o desafio da associação para os
próximos anos, com o empenho na busca de inovação tecnológica
e em atingir a meta de consumo de 25 milhões de sacas em 2021,
com a certeza que qualidade é uma obrigação de todo o setor”.

ABIC 45 anos
CAFÉ COM QUALIDADE #SEMPREVAIBEM



CNA lança material sobre monitoramento da broca-do-café nas lavouras



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou em fevereiro um material de alerta para os produtores de café sobre a broca-do-café. A entidade demonstra preocupação com a praga, que pode afetar até 20% da produção em uma lavoura. O material tem explicações de como e quando fazer esse monitoramento, além de ensinar como identificar o nível de controle de praga na plantação. O assessor técnico da CNA, Maciel Silva, faz um alerta: “É necessário o acompanhamento constante da lavoura no período de trânsito da praga, que ocorre de 80 a 90 dias após a principal florada. A broca-do-café deve ser monitorada mensalmente, mas a frequência deve aumentar para cada 15 dias em épocas de alta incidência da praga”.

A BASF lançou o inseticida “Verismo”, que serve para o combate da praga broca-do-café. O produto contém um novo princípio ativo do grupo químico *semicarbazone* e surge como uma opção na rotação de ingredientes ativos para o manejo de resistência da praga.



O conilon na vanguarda da cafeicultura

Enquanto na área do café arábica reina a calma, no Espírito Santo, a Secretaria de Agricultura, por meio de sua entidade de pesquisa, a INCAPER, lançou recentemente mais duas importantes novidades para os produtores de conilon: a primeira, um novo cultivar, denominado Marilândia ES8143, com característica de tolerância ao clima seco, prevista para brevemente chegar às 40 mil propriedades agrícolas no Estado Capixaba. A segunda novidade, trata-se de uma nova tecnologia, o Jardim Clonal Superadensado, com o objetivo de proporcionar uma multiplicação rápida de cultivares clonais melhorados, que permitirá o aumento na produção de estacas em menor espaço, e em menos tempo. Além disso, as hastes são mais uniformes e o custo de manutenção do jardim clonal é reduzido devido à facilidade de manejo e tratos culturais.

Somados aos avanços técnicos, as boas condições do clima e os sinais de recuperação das lavouras sinalizam que a colheita de 2018 deve se aproximar de 8,7 milhões de sacas, elevando-se para 10 milhões de sacas, patamar alcançado com a safra recorde de 2014.



Brasil está inadimplente junto à OIC

O Brasil, mais uma vez, não efetuou o pagamento das contribuições a que está obrigado junto à Organização Internacional do Café. A inadimplência do país poderá ter consequências imediatas, pois a próxima reunião da OIC ocorre em abril, no México, e caso o Brasil não contribua com sua parte até 30 de março, ficará de fora do encontro. Além disso, se o País não honrar com o pagamento, terá suspensos seus direitos a voto e a integrar os comitês especializados da OIC. Embora a pauta tenha matérias apenas de natureza administrativa, sem questões de relevo, o default arranha o prestígio do Brasil e a sua condição de maior produtor e exportador mundial.

Como o Orçamento/2018 prevê apenas R\$ 805 mil para uma contribuição anual de R\$ 1,650 milhão (£ 358.924.00), e uma reformulação orçamentária é um processo que vai requerer meses, visando a uma solução rápida, deveria ser usado os recursos disponíveis no FUNCAFÉ, com uma recomposição futura, quando se normalizar a execução orçamentária, evitando-se maior desgaste.



World Coffee Research amplia catálogo de variedades de café arábica

O *World Coffee Research* (WCR), organização mundial de pesquisa sobre café, lançou uma atualização importante em seu catálogo de variedades de cafés arábica (*Arabica Coffee Variety*). O inventário, que antes somente incluía tipos encontrados na região da América Central, agora conta também com espécies do Quênia, Malawi, Ruanda, Uganda, Zâmbia e Zimbábue, totalizando 53 variedades. São várias informações sobre cada espécie, desde a aparência e traços agronômicos chave até a base genética e os direitos de propriedade intelectual, o catálogo funciona como um documento vivo, à medida que vai expandido seu alcance global.

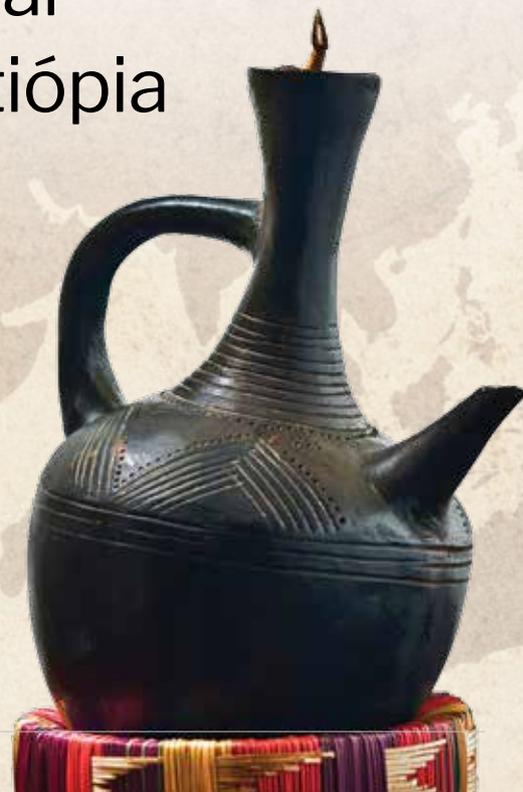
Com auxílio do financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e da UTZ/Rainforest Alliance, a WCR através de especialistas de toda a América Central e África, desenvolveu o trabalho. O catálogo é resultado de visitas a 16 países e entrevistas com quase 180 pessoas de mais de 100 organismos públicos e privados envolvidos nos setores cafeeiros nacionais ou regionais da América Central, Caribe e África.

O Brasil, responsável pelo desenvolvimento da grande maioria das variedades de café arábica, inclusive em uso nesses países, diga-se Instituto Agrônomo de Campinas, não integra o catálogo.

Produtores de Café de Bench Maji pretendem impulsionar exportações de café da Etiópia

Produtores de café do sul da Etiópia, através da Associação Cooperativa dos Produtores de Café de *Bench Maji Forest*, pretendem aumentar em 30% a oferta de café no mercado internacional, resultando num incremento de 6% nos números atuais da exportação do país.

Segundo o chefe executivo Getahun Tekle, até hoje a Associação não foi competitiva no mercado internacional por ter enfrentado muitos desafios internos e externos, que resultaram em fatores como a menor qualidade e quantidade dos produtos. Contudo, em 2011, a entidade recebeu todo apoio necessário do Estado para exportar seu café. Para Tekle, a instituição está no caminho certo para continuar aumentando a quantidade de café para os mercados locais e internacionais, já que registrou um acréscimo de 1%, em 2014, para 6%, em 2017.



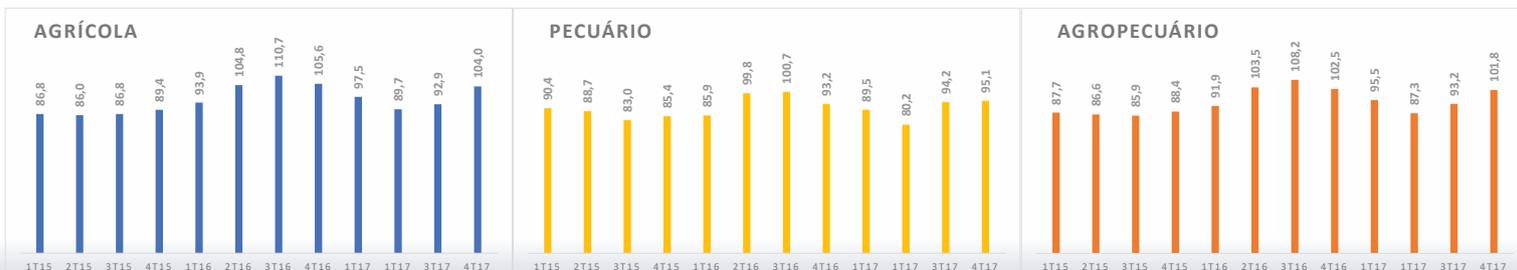
Cresce Índice de confiança no Agronegócio

O ICAgro, índice que mede a confiança do agricultor em relação ao seu negócio, apresentou aumento no último trimestre de 2017. Segundo os cálculos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), feitos a partir de 1,5 mil entrevistas com agricultores e pecuaristas de todo o país e 50 indústrias, o maior avanço positivo foi observado entre os produtores agropecuários. O indicador para este grupo aumentou 8,6 pontos em relação ao terceiro trimestre, sendo atribuído às boas condições do clima, preços e crédito. Segundo afirmou Márcio Lopes de Freitas, presidente da OCB, em comunicado, “a recuperação dos preços de commodities como soja e milho nos três últimos meses de 2017, ajuda a explicar esse aumento do otimismo. E, o humor dos produtores em relação ao crédito está em um dos melhores níveis da história”.

NO 4º TRIMESTRE/17

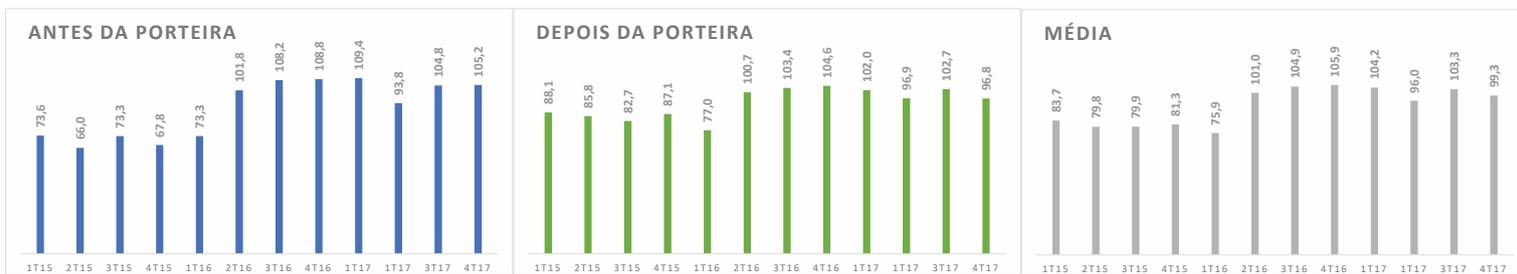


PRODUTOR



INDÚSTRIA

Entre as agroindústrias melhorou o otimismo daquela que atuam “antes da porteira”, mas as que operam “depois da porteira”, sobretudo tradings e companhias de logística, ficaram mais pessimistas. Antonio Carlos Costa, do Departamento do Agronegócio da FIESP, sustentou que “do terceiro trimestre em diante, a comercialização de insumos se normalizou, diante da recuperação das cotações as soja e milho, e do clima favorável para as safras de verão”.



Nestlé pode produzir café de estilo etíope no Brasil



CRÉDITOS: DIVULGAÇÃO NESTLÉ

Pedro Malta

A Nestlé anunciou seus planos para impulsionar a produção da fábrica brasileira que produz cápsulas de café Dolce Gusto, como a duplicação da capacidade, uma prova da demanda crescente pelas diferentes variedades da bebida.

Atualmente, existem 21 tipos de cápsulas Dolce Gusto no total, incluindo algumas que têm chá e leite na composição, e a fábrica produz apenas 13. Segundo o diretor de cafés da Nestlé Brasil, Pedro Feliu, a empresa pretende nos próximos anos produzir toda a linha na fábrica local.

Nesse sentido, a Nestlé precisa de um sabor específico de café etíope. Só que isso é um problema porque o Brasil, o maior produtor do mundo, proíbe a importação de grãos e adquirir café etíope torrado significa custos maiores.

Na busca pela solução, a empresa suíça obteve autorização do governo brasileiro para testar, em escala não comercial, três variedades de grãos desenvolvidas em seu centro de pesquisa no sul da França de modo a replicarem as qualidades do arábica etíope.

Os grãos foram plantados em um lugar não revelado. Uma das variedades será colhida pela primeira vez neste ano e as outras duas em 2019, disse Pedro Malta, gerente agrícola da Nestlé Brasil. Posteriormente serão necessárias pelo menos mais três colheitas para assegurar a qualidade do produto antes de a empresa avaliar a possibilidade de pedir a aprovação do governo para que agricultores locais produzam o grão comercialmente, disse ele.

Se a iniciativa der certo, as novas variedades deverão se transformar em cápsulas Dolce Gusto. A fábrica da Nestlé em Minas Gerais já envia remessas para a Argentina e a empresa vê oportunidades de exportar para o México e a União Europeia.



Museu do Café celebra o Dia Internacional da Mulher



Em celebração ao Dia Internacional da Mulher, o Museu do Café promoveu a ação educativa “Biblioteca Humana” para o público externo e interno. As atividades iniciaram no dia 6 de março com o “Vovô Sabe Tudo”, projeto da Secretaria de Assistência Social de Santos, que consiste na contação de histórias de senhores sobre passagens de suas infâncias e momentos memoráveis das suas vidas às crianças e voluntários da ONG “Oficinas do Futuro”.

Na data oficial da comemoração, 8 de março, algumas colaboradoras do Museu foram convidadas, pelo Núcleo Educativo, a compartilharem suas histórias, vivências e experiências com todos os demais funcionários da instituição. As atividades foram realizadas no Centro de Preservação, Pesquisa e Referência Luiz Marcos Suplicy Hafers (CPPR).

Já nas mídias sociais, a data foi lembrada também com a série de publicações #MulheresdoCafé, apresentando a presença feminina na história do grão por meio de fotografias do acervo da instituição, do fotógrafo Marcos Piffer e de livros.



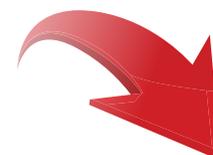
CRÉDITOS: KARINA FREY

FECOMÉRCIO-RJ tem novo Presidente

Antonio Florêncio de Queiroz Júnior, que vinha exercendo o cargo de Presidente da FECOMÉRCIO em caráter interino, face ao impedimento de Orlando Diniz, passou a exercer o cargo de modo definitivo, a partir de 12 de março, em razão da renúncia do titular do cargo. Na mesma data, visitou o Sindicato do Comércio Atacadista de Café (foto), sendo recebido pelo seu Presidente, Guilherme Pires Neto, e o Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, dirigido por Guilherme Braga. Na ocasião, reiterou a sua disposição de dar amplo apoio às iniciativas dos Sindicatos filiados ao FECOMÉRCIO, bem como restabelecer um cordial relacionamento com o CNC Confederação Nacional do Comércio, e cumprir o calendário de eleições da entidade, que prevê para o próximo mês de maio, para o preenchimento da Diretoria da entidade.



Exportações de café têm pior desempenho em fevereiro



Segundo o Relatório Mensal de Exportações divulgado pelo Cecafé, as exportações de café, em fevereiro, atingiram o volume mais baixo dos últimos cinco anos. O total do mês, conforme tabela abaixo, foi de 2,355 milhões de sacas, 9,1% inferior ao ano anterior, de café verde 2,119 milhões, queda de 8,4% em relação a 2017, e o café solúvel, perda de 13,7%, equivalentes a 236.460 sacas em comparação com 276.553 sacas no ano passado.

1.1. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ - MENSAL

Período: fevereiro

Sacas 60 Kg / US\$ FOB Mil

Mês	volume em sacas de 60 Kg						Exportações Totais de Café (sacas 60Kg)	Receita Cambial US\$ FOB Mil	Preço Médio (US\$ / saca)
	Café Verde			Café Industrializado					
	Robusta	Arábica	Total Café Verde	Torrado & Moído	Solúvel	Total Café Industrializado			
fev-14	148.654	2.513.572	2.662.226	1.786	265.990	267.776	2.930.002	411.971	140,60
fev-15	254.532	2.229.124	2.483.656	2.606	260.763	263.369	2.747.025	535.736	195,02
fev-16	70.205	2.552.313	2.622.518	2.485	313.358	315.843	2.938.361	434.323	147,81
fev-17	9.862	2.304.537	2.314.399	2.633	273.920	276.553	2.590.952	458.030	176,78
fev-18	20.100	2.099.196	2.119.296	24	236.340	236.364	2.355.660	377.240	160,14
Var. % 2018 x 2017	103,8%	-8,9%	-8,4%	-99,1%	-13,7%	-14,5%	-9,1%	-17,6%	-9,4%

A Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel – ABICS informou que no acumulado do primeiro bimestre, os embarques do segmento totalizaram 410.570 sacas, volume 11,9% inferior ao registrado entre janeiro e fevereiro do ano passado. Já no acumulado dos últimos 12 meses (mar/17 a fev/18), as exportações somaram 3,415 milhões de sacas. Os principais destinos do café solúvel brasileiro no primeiro bimestre de 2018 são: (i) EUA, com a aquisição de 72.166 sacas (US\$ 11,345 milhões); (ii) Japão, com 56.632 sacas (US\$ 13,662 milhões); (iii) Rússia, com 44.226 sacas (US\$ 7,949 milhões); (iv) Argentina, com 19.972 sacas (US\$ 2,814 milhões); e Indonésia, com a importação de 19.874 sacas (US\$ 3,070 milhões) do produto nacional.

Fenicafé 2018: “Tempo de irrigar com consciência”

A técnica de irrigação tem ganhado espaço e existe potencial para irrigar ainda mais cafezais. Tecnologia é o que não falta para isso. Foi o que mostrou a Fenicafé – Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura em sua última edição, em Araguari no Triângulo Mineiro. Na cerimônia de abertura, que contou com a presença do vice-governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Andrade, autoridades políticas e grandes nomes da cafeicultura nacional, o presidente da Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA) – entidade promotora da Fenicafé, Cláudio Morales Garcia, em seu discurso mencionou o crescimento da feira. “Possuímos uma feira, que ao longo dos anos evoluiu, buscando ficar, ano após ano, mais bonita, agradável e principalmente dando oportunidade à cafeicultura irrigada com resultados de satisfação aos expositores e aos visitantes”. Francisco Sérgio Assis, presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, destacou a importância da agricultura. “Precisamos quebrar paradigmas e investir na agricultura brasileira. Temos que valorizar o que temos de bom em nosso país”.

O secretário executivo do MAPA, Eumar Roberto Novacki, que participou pela primeira vez da Fenicafé, citou a importância da agricultura e pecuária e destacou sua evolução durante os últimos anos. “Devemos lembrar sempre que um em cada três empregos são gerados no campo. Sem contar que a agricultura brasileira alimenta 1,4 bilhões de pessoas no mundo”, informa. Já vice-governador Antônio Andrade destacou a coragem da ACA em promover uma feira como a Fenicafé. “Em tempo de crise vemos a grandeza de um evento como este. Que, além de apresentar as mais novas tecnologias de irrigação, ainda demonstra preocupação com os recursos hídricos”, diz referindo-se ao tema da 23ª edição da Fenicafé – “É tempo de irrigar com consciência”.

A Fenicafé reuniu especialistas, estudantes e produtores de café em um mesmo espaço para discutir os aspectos relevantes da cafeicultura irrigada, contribuindo com o crescente cultivo dessa modalidade no Brasil. A Feira foi dividida em três partes: o Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura do Cerrado, a Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura e o Simpósio de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada. A Fenicafé é uma iniciativa da Associação dos Cafeicultores de Araguari(ACA), em parceria com a Camda - Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, com patrocínio do Sicoob Aracred, Coocacer Araguari, Sankhya – Gestão de Negócios.



1º AgriFutura - soluções inovadoras e tecnológicas para o agronegócio

Nos dias 3 e 4 de março, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo realizou a 1º AgriFutura nas dependências do Instituto Biológico do estado, evento voltado para agricultores da região que contou com 20 palestras de temas abrangendo desde o cultivo à gestão da empresa.

Nesta 1ª edição foi apresentado o que está sendo feito para modernizar a agricultura, de modo a colocá-la em sintonia com a liderança mundial do agronegócio. Participaram produtores rurais, pesquisadores, investidores, indústrias, comerciantes, start-ups, desenvolvedores, criadores, transformadores e hackers, num ambiente convidativo, ideal para o compartilhamento.



Na ocasião, os visitantes conheceram de perto soluções modernas para o setor, tanto de empresas consolidadas no mercado quanto de startups, e tiveram a oportunidade de acompanhar ações inovadoras em três etapas do negócio (conforme ilustração ao lado), bem como os resultados de pesquisas desenvolvidas na Secretaria de Agricultura.

COOXUPÉ exporta 85% de sua produção diretamente pelo REDEX guaxupé

Em 9 anos de operação em Guaxupé, o Redex (Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação) que funciona nas instalações da Cooxupé, na Unidade Industrial Japy, se tornou um importantíssimo instrumento de logística nas operações de exportação de café de Minas Gerais, gerando mais segurança na operação, redução de custos e a criação de empregos aqui no interior.

Além dos colaboradores da Cooxupé, o Redex Guaxupé conta com uma estrutura de atendimento local realizada pelos Agentes da RFB (Receita Federal do Brasil) e do MAPA (Ministério da Agricultura) que promovem a fiscalização, a lacração dos contêineres, o desembaraço aduaneiro e toda a emissão de documentos necessários para a exportação, como exemplo: a Declaração de Exportação, Certificados Fitossanitários e Certificados de Origem.

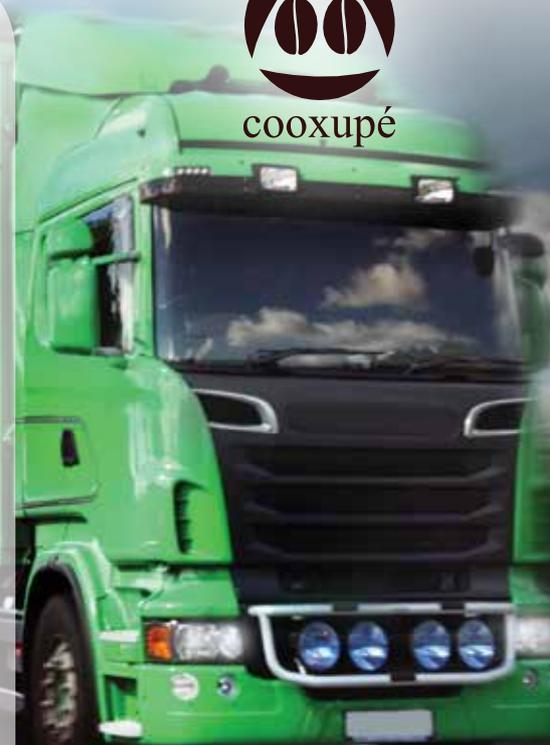
A Unidade Industrial Japy conta também com um importante Depósito de Contêineres, o que possibilitou agilizar os despachos diretos e reduzir o tempo de espera dos transportadores em média 12 horas.

No ano de 2017 a Cooxupé exportou diretamente pelo Redex em média 850 contêineres de café por mês, distribuídos em mais de 3.000 despachos no ano o que representou 85% de toda a exportação direta realizada pela Cooperativa.

Em razão do crescente aumento das operações de exportação realizadas diretamente pelo REDEX em Guaxupé, foi necessário um investimento de cerca de R\$2,5 milhões para construção de um novo recinto que entrará em operação no primeiro semestre de 2018.



cooxupé



Cooxupé realiza a 17ª FEMAGRI e recebe mais de 35 mil produtores

CRÉDITOS: DIVULGAÇÃO COOXUPÉ



Organizada pela Cooxupé, a FEMAGRI – Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas encerra a sua 17ª edição com as expectativas alcançadas. 35.398 visitantes passaram pelo evento registrando no centro de negócios 10.726 orçamentos. O volume total das negociações está em apuração e será divulgado em breve pela cooperativa mineira.

Durante a FEMAGRI, a Cooxupé foi viabilizar para o produtor, além de linhas bancárias, a possibilidade de fazer suas compras e efetuar o pagamento com o seu café. Neste ano, uma das novidades é que para alguns equipamentos o prazo do parcelamento foi ampliado de 3 para 4 anos.

A FEMAGRI está entre os principais eventos da cafeicultura brasileira. Além da plataforma comercial, que nesta edição contou com 130 expositores, a feira levou aos cooperados novas informações, conhecimentos e as tendências do mercado para que o produtor se atualize, ganhando mais competitividade.

Carlos Paulino, presidente da Cooperativa, destacou que “O cafeicultor que aqui entrou com certeza saiu sabendo muito mais de quando chegou. Entendemos que além de oferecer boas oportunidades de negócios é fundamental ampliarmos o horizonte de nossos associados levando para eles novos aprendizados. Temos um compromisso social com todos eles”.

O próximo evento da Cooxupé é a Feira do Cerrado mineiro, que acontece no Núcleo de Coromandel, nos dias 21 e 22 de março.



Cafeteria Escola da UFLA divulga processo seletivo para vivência profissional



A Cafeteria Escola “CafEsal”, projeto promovido pela Agência de Inovação do Café (InovaCafé) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) desde 2016, está com as inscrições abertas para a “vivência profissional”, qualificação de estudantes, professores, funcionários e comunidade externa no preparo e consumo de cafés de qualidade.

Esse projeto tem como proposta educar, conscientizar e promover conhecimento sobre cafés de qualidade. Durante o período de “vivência”, o aprendiz terá a oportunidade de conhecer a rotina de uma cafeteria, desde a preparação de espressos e bebidas derivadas do café até os processos de gestão de um negócio.

Podem participar do processo seletivo pessoas acima de 18 anos, que tenham vínculo com a UFLA (estudantes de qualquer grau acadêmico, professores e servidores). O período de vivência será de oito semanas, com dedicação de no mínimo 8 horas semanais de atividade. Ao final, o participante receberá certificação. Os interessados devem enviar um e-mail para cafesalcafeteria@gmail.com.

OIC: Exportação mundial cresce 20,7% em janeiro, com recuos do Brasil

A exportação mundial de café registrou aumento de 20,7% em janeiro, em comparação com o mesmo mês de 2017. Foram embarcadas 11,010 milhões de sacas de 60 kg em comparação com 9,121 milhões de sacas em janeiro de 2017. No mesmo período, o Brasil exportou 2.681.521 sacas, crescimento de 1,3% na comparação com janeiro de 2017, quando foram embarcadas 2.646.584 sacas.

Do total embarcado em janeiro passado, 5,902 milhões de sacas foram de café arábica (mais 3% ante 2017, quando foram exportadas 5,729 milhões de sacas). As vendas brasileiras de arábica no período somaram 2,494 sacas. A exportação de robusta no mês passado foi de 3,744 milhões de sacas (aumento de 37,3%), pois em janeiro de 2017 foram embarcadas 2,726 milhões de sacas.

A exportação mundial nos quatro primeiros meses do ano convênio 2017/18 (outubro a janeiro de 2018) registrou crescimento de 3,1% em comparação com o mesmo período anterior, de 39,526 milhões para 40,738 milhões de sacas.

Nos últimos 12 meses encerrados em janeiro de 2018, a exportação mundial de arábica totalizou 69,836 milhões de sacas, 1,1% superior na comparação com 69,101 milhões de sacas nos 12 meses anteriores. Na comparação com o mesmo período, o Brasil teve uma queda de 8,6% nas exportações de arábica, passando de 29,755 para 27,181 milhões de sacas.

Governo da Colômbia investe US\$ 27 milhões para o setor do café



Com o objetivo de reforçar a renovação dos cafezais, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia, Juan Guillermo Zuluaga, injetou US\$ 27 milhões para o Incentivo à Capitalização Rural (ICR) da linha especial para renovação neste ano de 2018. O governo destaca que, graças ao programa de renovação, pode-se recuperar a produção do grão frente aos fenômenos climáticos com plantas mais resistentes a pragas e doenças. Segundo dados do governo, entre 2010 e 2017, houve a renovação de 737.163 hectares em todo país.. (Fonte Agência CMA).



Top 20 - As melhores cafeterias do Brasil

Unique Store

A *Unique Store* foi concebida para apresentar aos clientes locais, turistas, amigos, conhecedores e experts tudo sobre umas das bebidas mais consumidas e apreciadas no mundo – o café.

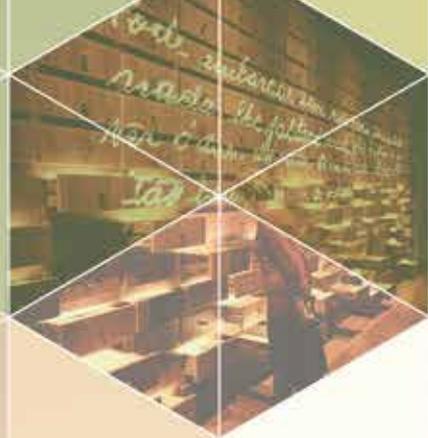
Num ambiente agradável, despojado e totalmente focado em cafés especiais, a *Unique Store* oferece inúmeros métodos de preparo e bebidas à base de café, além de um variado cardápio com “delícias de minas” e os arranjos oferecidos pela alta gastronomia local.

Outros diferenciais da cafeteria são os cafés moídos na hora nas versões blend, frutado, bourbon amarelo, orgânico e algumas edições limitadas. É também a única cafeteria do país que oferece ao cliente e amantes do café

a possibilidade de conhecer todo processo produtivo. Basta que o cliente se cadastre na Rota do Café Especial e em poucos minutos estará visitando in loco umas das lavouras mais premiadas em cafés especiais no mundo (www.rotadocafeespecial.com.br).

Localizada no calçadão em São Lourenço, uma estância turística hidromineral a 300 km do eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.





INCI

Instituto de Preservação e Difusão
da História do Café e da Imigração

**FAÇA PARTE DO NOSSO
NÚCLEO DE PARCEIROS
E AJUDE A PRESERVAR
A HISTÓRIA DO PAÍS.**

Entre em contato para conhecer os
benefícios do programa de apoiadores
e **associe sua marca**
ao Museu do Café e ao Museu da
Imigração do Estado de São Paulo.



museudaimigracao.org.br

museudocafe.org.br

mi
museu da imigração
do estado de são paulo

m
museu
café

**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**
Secretaria da Cultura

A natureza é incontestável

A tradição de uma empresa também.



UNICAFÉ

COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Matriz/Head Office

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675
Conj. 500 - Enseada do Suá - Vitória-ES
CEP: 29058-900 • Tel: (55) 27 2123-5858

Escritório / Branch - Rio de Janeiro-RJ

Rua São Bento, 8 - 19º andar - Centro
CEP: 20090-010 • Tel: (55) 21 2159-8989
e-mail unicafe@unicafe.com.br

Escritório / Branch - Santos - SP

Rua do Comércio, 41 - Centro
CEP: 11010-141
Tel: (55) 13 2102-8787

Londrina-PR



Vitória da Conquista-BA



Varginha-MG



Manhumirim-MG